

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactor-chefe A. PAMPHIRO — Redactor-secretario MARIO TRAVASSOS — Redactor-gerente SAYÃO CARDOSO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: — RUA DA QUITANDA, 74

ANNO XIV

Rio de Janeiro, 10 de Abril de 1927

N. 160

Grupo mantenedor

Pamphiro, Mario Travassos, Sayão Cardoso
(directores) *J. B. Magalhães, Danton, Verissimo* (da
Redacção) *Jorge Duarte, Jourdan, Pies, Aché* (da administração) *Paes de Andrade,*
Nilo Val, Eurico Dutra, Orozimbo, Procopio, Souza Pinto.

Edição de 32 paginas

SUMMARIO

EDITORIAL

O maior dos nossos males

COLLABORAÇÃO

- O que vemos nas manobras argentinas Major *Genserico*.
Em torno da Reforma Fundamental (Cap. Z.)
As vantagens do Pólo no Exército Major *José Pessoa*.
Fogo colectivo na A. C. 1.º Ten. *Pio dos Santos*.
A pratica da disciplina 1.º Ten. *A. Nunes Pereira*.
Requisições militares Cap. *Silva Barros*.
As operações dirigidas pelo Marquês
de Barbacena em 1827 1.º Ten. *Salgado dos Santos*.
Sugestões *Diversos*.
Exemplo de um «Golpe de Mão»
(*Tactica na Carta*) 1.º Ten. *Jourdan*.
Golpe de Mão — ensinamentos (*Subs-*
idios para os quadros de reserva) 1.º Ten. *Jourdan*.

DA REDACÇÃO

A proposito (transcr.) — O officialato de reserva.
Pensamentos (excerptos). — Capacidade cria-
dora (Trad.) — Conceitos de Le Bon. — O
uso do uniforme. — Ephemerides do mês. —
Bibliographia e Expediente.

Instrução do Soldado

Pontos principais da instrução da tropa)

Pelo Cap. DERMEVAL PEIXOTO

Estão á venda os primeiros fascículos separata da 5.^a edição deste livrinho indispensavel aos candidatos á reservista do Exercito das *Sociedades de Tiro e Estabelecimentos* onde ha instrução militar.

Completamente remodelado e em dia com os *recentes regulamentos*, abrange o programma completo da *Escola de Soldado* de accôrdo com os novos ensinamentos.

Como *livro para recrutas* encerra todos os ramos de sua instrução, expostos methodica e succintamente de modo a poderem ser lidos e entendidos por elles proprios.

Fascículos publicados:

- I — A Educação Moral do Soldado.
- II — A Instrução Geral.
- III — A Instrução Disciplinar e de Serviços
- IV — A Instrução Physica e Treinamento de marcha.

Annexo — Organização do Exercito.

Fascículos a seguir:

- V — A Escola do Soldado e do Grupo.
- VI — Armamento e Tiro.

A Papelaria Macedo - Rua Quitanda, 74 - Rio

Accepta encomendas.

Preço de cada fasciculo . . . 1\$000
Os I, II, III e IV, reunidos . . . 3\$000

Collocação em vigilancia da bateria por meio do goniometro e da plancheta topographica

pelo

1.^o Ten. *Fernando Fonseca de Araujo*

A' venda em nossa Redacção

(Rua da Quitanda 74)

Preço: 5\$000. — Pelo Correio mais \$500

A MINHA DEFESA

Replica ao Tenente-Coronel Beverina,
do Exercito Argentino,

a proposito da Campanha de 1851-1852

pelo

Cap. Genserico de Vasconcellos

Preço 2\$500

Que a artilharia deve saber da Infantaria ?

(Pelo 1.^o Ten. *Mario Travassos*)

Algumas conferencias sobre a carta,
escriptas e lidas para os officiaes do
1.^o GRUPO DE MONTANHA,
contendo 22 croquis.

(Uteis aos officiaes de todas as armas)

Preço 5\$000 — Pelo correio 5\$500

Livraria Brigulet

Rio de Janeiro

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactor-chefe A. PAMPHIRO — Redactor-secretario MARIO TRAVASSOS — Redactor-gerente SAYÃO CARDOSO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO — RUA DA QUITANDA, 74

ANNO XIV

Rio de Janeiro, 10 de Abril de 1927

N. 160

EDITORIAL

O maior dos nossos males

Acima de tudo os interesses superiores da nacionalidade
em que sempre nos devemos inspirar para pensar e agir.

O estudo retrospectivo de nossa evolução revela, sem grande esforço, o caracter tumultuario de que ella se reveste. Muito raros são, em todos os tempos, os lanços de nossa alta administração partindo dos dados geraes das questões e objectivando finalidades tambem de caracter geral.

Esse é o effeito de duas causas: — ou os administradores só se propõem a solucionar dous ou tres dos multiplos aspectos de nossas necessidades militares, ou gastam a sua gestão em solucionar «*au jour le jour*» os casos que apparecem. Ambas essas formulas traduzem ausencia de vistas de conjuncto, inexistencia de uma vontade intelligente e forte, á altura das realisações, que se imponha aos acontecimentos.

Assim, a evolução do nosso Exercito se processa através um amontoado de soluções particularistas, unilateraes, sem continuidade. Sempre nos faltaram as linhas geraes de um plano, a moldura no ambito da qual se passassem os desdobramentos de nossas actuações.

A consequencia mais lamentavel disso se mostra na heterogeneidade perenne dos nossos quadros. De todas as avalanches reorganisadoras ou remodeladoras esse é o detricto que resta, empestando o ambiente, tornando-o quase irrespiravel.

Quando a nossa organização militar dá um lança para a frente, é natural que algumas das suas peças não possam atingir, sem incidentes de maior ou menor gravidade, a mesma linha demarcada para todas. E ninguém cogita em reajustar as peças, ligal-as umas ás outras, restabelecer entre ellas as relações reciprocas que devem guardar em beneficio da indispensavel harmonia do conjuncto.

E' bem de vêr que, após lanços successivos, muitos devem ser os retardatarios, as reacções de toda especie. Levando-se em conta essa consideração podemos admittir como verdadeiro milagre o pouco que possuímos.

A' feição *tarimbeira* dos nossos quadros de antanho seccedeu a illustração generalisada das gerações que brilharam enquanto o nosso Exercito viveu do serviço de guarnição. Os *tarimbeiros* foram facilmente esmagados. E, enquanto conduziam suas guardas a destino ou luziam nos «exercícios geraes» da época os «doutores», como chamavam aos da «illustração comprovada», estadeavam o seu saber por toda a parte, raramente nos quartéis. A lucta foi rapida, a victoria facil e decisiva. Foi a lucta do forte contra o fraco. Não houve quem fizesse a trans-

fusão dos conhecimentos adquiridos. Deixou-se que um grupo se instruisse em detrimento de outro. Scindiram-se os quadros. A' feição tarimbeira dos quadros succedeu o tempo do official para tudo.

Dentre estes, os de senso pratico expontaneamente desenvolvido fizeram-se os primeiros reaccionarios pela especialisação. Tornaram-se os cursos mais especificos — surgiu a *mentalidade profissional* nos quadros. Gerações inteiras dedicaram-se á instrucção da tropa, primeiro nos pateos dos quartéis, depois nas praças de exercicios, por fim no campo variado de instrucção. Os retardatarios de então sorriam. Julgavam-se inatingiveis por essa brincadeira de crianças. Continuaram, despreocupados, usufruindo todas as commissões a que seus titulos academicos davam direito. Siquier apercebiam-se do que se estava gerando nessa actividade que, em determinado momento, chegou a ser febril.

Após desvendarem-se os segredos da instrucção dos homens e das unidades, porém, a *mentalidade profissional* evoluiu rapidamente para o comd. dessas mesmas unidades já instruidas, transformando-se em *mentalidade tactica*. E começou a lucta sem tregua, que ainda persiste, aggravada pela presença da M. M. F. que acelerou o movimento tornando-o vertiginoso.

A *mentalidade tarimbeira* foi facilmente vencida, limitada como estava pelos exercicios de « ordem cerrada » e pelo formalismo da « ordem dispersa » de então. A *mentalidade tactica* tem reagido energica e continuamente, tanto é verdade que o estudo de tactica pelo **METHODO DO CASO CONCRETO** — *que nada tem de parecido com a tactica livresca* — desenvolve o raciocinio tanto como o trato com as sciencias cathematicas, com a vantagem de tornar mais flexiveis o golpe de vista como o espirito de decisão.

E' certo que a *mentalidade tactica* vencerá, sejam quaes forem os embates, tanto mais que já se vae ampliando através os campos vastos da estrategia, ainda tão ingratamente explorada entre nós...

Eis o pé em que se encontra o maior dos nossos males que é a heterogeneidade dos quadros.

Emquanto que grande parte dos officiaes já *raciocina positivamente* — já está apta ao comdo. — outra parte insiste nos methodos rigidos dos processos scientificos, sem que se dedique á technica. Dos desta pequena parte poucos são os que sabem perguntar-se: — *de que se trata? que é que eu quero?* e muito menos responder a qualquer dessas perguntas em face dos dados de um problema qualquer, tal como se tratasse de um caso concreto de guerra.

Essa impossibilidade acarreta o desentendimento geral que se observa *nesse momento delicado de reconstrucção* que atravessamos, e aconselha a, parallelamente a quaesquer outras medidas, encerrar-se desde logo o aplainamento desta difficuldade.

O processo se apresenta expontaneo: — reorganisar a M. M. F. de modo a assegurar-se a *passagem obrigatoria* pelas Escolas de quantos ainda não tenham ouvido as lições dos mestres contratados.

O contracto da M. M. F. representa o mais largo e o ultimo dos lanços que demos em nossos dias. Apesar de sua extensão, se tivesse havido melhor organização em seu mecanismo outros seriam os resultados atingidos. Infelizmente porém a desordem foi a característica principal desse movimento, expressa no voluntariado da matricula nas Escolas, como se fosse licito a alguém permanecer na ignorancia. E, para cumulo, nos permitimos insistir no methodo illogico de começar de baixo para cima. Assim, os quadros representam um caso teratologico com o desenvolvimento anormal de órgãos secundarios e atrophia retardadora de órgãos principaes.

O sacrificio poderá ser gigantesco, heroico, principalmente para aquelles que são muito ciosos de suas personalidades.

Mas o momento é de renuncia. Já se sente no ar que respiramos os perigos que nos ameaçam. Os horizontes cada vez mais se cerram e se tornam plumbeos os ceus. Como que não ha tempo a perder com delongas e attitudes imprecisas que poderão chegar a ser crime de lesa-patria. **ACIMA DE TUDO OS INTERESSES SUPERIORES DA NACIONALIDADE EM QUE SEMPRE NOS DEVEMOS INSPIRAR, PARA PENSAR E AGIR.**

O que vemos nas manobras argentinas

De 1922 para cá, as pequenas manobras de guarnição foram substituídas pela instrução de campanha que permita ao exercito argentino a mais completa efficiencia na acção militar

Pelo Major *Genserico Vasconcellos*

A presidencia Irigoyen foi nefasta ao Exercito argentino, que durante seis annos estacionou. Além disso, o antecessor do Sr. Alvear, mostrou-se na direcção suprema da nossa visinha, homem do seu partido. Como presidente, não esqueceu os officiaes que, com elle, tentaram, em 1901 a ascensão pela força do partido radical. Proporcionou-lhes, por consequente, as melhores recompensas, deslembrado, não raras vezes, do merito profissional e technico nas promoções. Muitos officiaes, de raro valor, abrigaram-se na reforma contra injustiças clamorosas. Mas a grande instituição manteve-se fiel á ordem e á legalidade, mercê de uma disciplina altamente louvavel. Não se abalaram, por isso, os seus fundamentos.

Teve razão o Exercito argentino em esperar melhores dias. Com a subida do Presidente Alvear, começa nova era. Logo depois de assumir o poder, o actual presidente, em commemoração á festa da Independencia, reuniu num banquete sumptuoso no magnifico theatro Colón, 1.500 officiaes de terra e mar. As suas promessas, em discurso sobrio e meditado, foram claras. E elle as vae cumprindo de maneira energica. Quando deixar o poder, em 1928, a Argentina estará de posse do mais forte poder militar, aereo, naval e ferro-viario da America do Sul.

Se o Exercito argentino não progrediu durante a presidencia Irigoyen, o seu magnifico corpo de officiaes preparou, pelo estudo, a applicação de todas as reformas decorrentes da experiencia da guerra européa.

Quando se reuniu a Conferencia de Santiago, estavam organizados todos os planos de reformas, e iniciadas algumas.

A assembléa de Santiago não trouxe, para o nosso scenario, a confiança necessaria. Julgou-se a Argentina plenamente livre para executar os seus grandes projectos.

No dominio militar succedem-se então os actos com presteza. A reorganização é decretada. A divisão argentina e as suas unidades tomam a ultima forma da experiencia européa. Reeditam-se todos

os regulamentos. Constroem-se novos aquartelamentos. A ordem de batalha provavel, quando o Exercito argentino inteiramente mobilizado, é fixada em 12 divisões de infantaria, tres de cavallaria independente e nas formações complementares necessarias.

Para ser possível tal mobilização pedir-se ao Congresso as leis indispensaveis: creditos para a aquisição dos armamentos e para o desenvolvimento dos arsenaes e fabricas, principalmente a fundação de fabricas de aeroplanos e polvoras e explosivos; e outras dando mais efficiente distribuição ás varias classes sujeitas ao serviço militar.

O Sr. Lysandro de la Torre, em celebres artigos em *La Nación*, declarou que os creditos votados secretamente, ha tres annos, subiam á somma de 700 milhões de pesos, papel. Depois disso o Congresso approvou novos milhões para custear o programma naval. Só os socialistas se oppuzeram a creditos tão phantasticos.

Não precisamos repetir, com minucia, o que o *Jornal do Brasil* já publicou em seu editorial de 15 de Out. do anno passado.

Basta lembrarmos que a commissão militar argentina lavrou contrato para a aquisição de 237 baterias de artilheria de campanha, montanha e pesada, desde o calibre de 75 mms. ao de 220 mms.; tem em fabrico, na Madren, 15.000 fuzis e metralhadoras; comprou, na Brawning Colt, numero correspondente de metralhadoras pesadas; contratou o fornecimento do material de saude para todas as formações sanitarias de um exercito de 300 mil homens: adquiriu, finalmente, copioso material de telegraphia sem fio e telephonia de campanha, etc.

Não resta, pois, duvida que o programma militar argentino, abrangendo ao mesmo passo os dominios militar, naval, aereo e ferro-viario, conforme temos demonstrado, se acha muito adiantado e terá plena execução até aos fins de 1928.

Tudo isso, porém, teria menor significação se a actividade militar não revelasse, por outro lado, o proposito da preparação do Exercito para efficiencia do

emprego da sua nova organização e dos seus possantes armamentos.

As manobras annuaes são, naturalmente, o coroamento de cada periodo de instrucção, com especialidade nos exercitos que pedem á juventude nacional um anno de serviço militar nas fileiras.

Até 1922 o exercito argentino limitou-se, no fim de cada anno a pequenas manobras de guarnição. Dahi em diante, em cada anno, a instrucção de campanha, se intensifica de modo notavel. Descobre-se assim que o Ministro da Guerra deseja que o Exercito, no menor prazo possível estudo e applique os novos regulamentos; aprenda a servir-se, com efficiencia, de sua recente organização e de todos os meios materiaes, que estão sendo postos á sua disposição.

As manobras de Cordoba em 1925 foram notaveis. Mais de 20.000 homens praticaram, dentro do quadro de varios temas, a guerra moderna, pois essas tropas possuíam todos os meios necessarios.

O programma de 1926 foi mais vasto. As 1.^a e 2.^a divisões realizaram manobras combinadas em Campo de Mayo; as demais fizeram-se em campos das proximidades de suas guarnições.

Toda a artilheria, sem excepção, com o emprego da aviação, effectuou vasto programma pratico de tiro real, quer de noite quer de dia.

As escolas praticas de Campo de Mayo, que têm á sua disposição unidades de todas as armas, acceleram a reinstrucção da officialidade; experimentam os novos regulamentos e os novos armamentos; e deduzem lições praticas para todo o exercito.

A guerra européa na frente occidental produziu um grande abalo na reputação da cavallaria. Mas estudando-se as operações nos outros theatros, onde não faltava terreno para a manobra, conclue-se que, nas vastas regiões despovoadas da America do Sul, a cavallaria não dêsse a sua ultima palavra.

Preoccupa-se o Estado-Maior argentino em dar, á sua cavallaria, um grande espirito offensivo, dotando-a dos meios necessarios para agir poderosa e independentemente no inicio de futuras operações ou para figurar, com grande potencia de fogo nos campos de batalha.

Até ha poucos annos, a cavallaria argentina não estava organizada em gran-

des unidades independentes. No momento presente, tres brigadas de cavallaria, cada uma de tres regimentos, formam a base de tres divisões, que se constituirão, no momento da mobilisação, pelo desdobramento de cada regimento em dous outros. Tudo está preparado para realizar esse desdobramento num tempo minimo.

Na encomenda da artilheria, a que nos temos referido, o canhão da cavallaria de 75 mms. será mais leve que o seu congenere da infantaria, embora atirando os mesmos projectis. Mas o canhão de tiro longo não póde resolver todos os problemas de uma cavallaria, que precisa tomar a offensiva rapidamente desde o inicio das operações embora auxiliada por numerosa aviação, ou quando, nos vastos campos de batalha modernos, se lhe confie missão de combate de certa importancia. Por taes razões o grupo de artilheria da cavallaria independente será mixto: duas baterias de canhões de 75 mms. sufficientemente leves para não diminuir a sua mobilidade, e uma bateria de obuzes de 1053 mms. com as mesmas condições de peso e facilidade de movimento.

Todo o resto da artilheria quer de campanha, quer de montanha, apresentará semelhante organização: o grupo de montanha, duas baterias de montanha e uma de obuzes; o regimento de campanha, dous grupos de canhões e um de obuzes.

A artilheria pesada, que não fará parte organica das divisões, comprehenderá grupos de 120 milímetros longos, 155 mms. curtos e morteiros de 220 mms.

Voltemos, porém, á cavallaria. O anno de 1926 foi consagrado especialmente a essa arma. Uma das brigadas independentes effectuou, na provincia de S. Luiz longas manobras; duas outras executaram durante «45 dias», meticoloso programma de exercicios em nossa fronteira. Notemos, de passagem, a longa duração do periodo de manobras: 45 dias!

Uma das brigadas concentrou-se em Curuzú-Guatiá; outra em Concordia.

A zona escolhida é de alta importancia strategica. Mostrámos no primeiro artigo, que, pela disposição das estradas de ferro, uma das massas de ataque do Exercito argentino na sua fronteira do Nordeste deve concentra-se fatalmente na frente Curuzú-Guatiá e Monte Caseros.

A, generalidade dos leitores do *Jornal do Brasil* não interessam minucias

technicas. Abstemo-nos pois, de enveredar por tal caminho

Durante 45 dias, houve tempo para as duas brigadas independentes praticarem, no terreno, todas as missões que lhes cabem, normalmente, na guerra: exploração, cobertura, protecção da marcha de um exercito, retardamento de um exercito na offensiva, combate, etc.

Pela leitura dos themas, mais ou menos desfigurados pela reportagem dos jornaes de Buenos Aires, vimos que todas as modalidades acima referidas foram estudadas no terreno.

As duas brigadas de cavallaria possuem forte effectivo pois, como dissemos, cada regimento precisa desdobrar-se no momento da mobilisação. Elle se compunha de cinco mil homens. Cada brigada, por sua vez, contava com um grupo de artilheria a cavallo, um regimento de

infanteria montada, uma esquadilha de aviação, um trem de pontes, e destacamentos de ligação: telegraphia com e sem fio, telephonia e optica.

Sendo innegavel a importancia das manobras de cavallaria, assistiram-nas o inspector do Exercito, General Solá, ex-addido militar no Brasil e commandante em chefe em caso de guerra, o Ministro da Guerra e o Chefe do Estado-Maior.

Os officiaes dos differentes cursos da Escola Superior de Guerra, depois de as presenciarem como excellente lição pratica, proseguiram os seus exercicios de fim de anno, realizando uma manobra de quadros ao longo do rio Uruguay.

Que vemos nas manobras argentinas? A preocupação de preparar o Exercito com rapidez, para ser efficiente o emprego de sua nova organização e dos seus modernos e poderosos armamentos.

A proposito

«Não se póde culpar o Congresso, já culpado por tantas faltas, do estado de penuria a que chegou a nossa defesa naval.

O legislativo, como de costume, nunca negou os recursos pedidos pelo executivo para a satisfação das necessidades nacionaes. A sua culpa reside justamente na facilidade com que sempre attendeu os desejos dos ministros, que mudavam de orientação em cada periodo presidencial.

O dever do Congresso seria exigir que a organização da defesa fosse obra de technicos, e não de um homem só. E assentado o programma mais conveniente á nossa politica, e de accordo com as possibilidades do Thesouro, não permittir alterações ao sabor da vontade dos ministros.

A Republica adoptou o processo de entregar as pastas militares aos generaes e almirantes, pratica que a Monarchia começara também a adoptar nos fins do segundo reinado. E seria desarrazoado condemnar este criterio, quando se deve esperar da administração de um militar uma melhor orientação aos assumptos da defesa nacional.

Infelizmente, porém, o erro é dos homens. O ministro confunde facilmente a administração com o commando, e por ser technico influe para que vingue, como preferivel, o seu ponto de vista.

Foi assim que modificamos o programma naval de 1906. Foi assim que abandonamos os estudos sobre a escolha do local para fundação do porto militar. Foi assim que chegamos a não ter esquadra, nem porto.

A experiencia dos outros servirá para orientação mais acertada no futuro. Os actuaes ministros militares não soffrem, ao que toda gente diz, da mania da infallibilidade: ouvem os technicos, discutem, vencem ou são vencidos.

Esta a doutrina por excellencia. Nem haverá necessidade de afastar os militares das pastas, nem a interferencia da administração prejudicará a solução dos problemas technicos.

Por assim pensar temos martellado incessantemente em cousas da defesa do paiz, no intuito de facilitar a tarefa dos illustres ministros do Sr. Washington Luis no que concerne ao problema militar.

E' preciso que se dê a maior divulgação possível ao que fazem, de pratico, os povos do continente no terreno do preparo militar e naval.

E preciso se torna, também, que lastime-mos não seja ouvida a palavra de insuspeição dos que, como nós, preferem a applicação dos dinheiros publicos nas obras de paz que na construcção de armas de guerra. Mas temos de acompanhar a politica dos outros povos até que surja um dia o desarmamento geral...

Aqui, neste jornal, já mostramos a conveniencia de fundar, entre nós, a industria dos aviões, ao mesmo tempo que se installassem fabricas de submarinos. Nada se fez, ainda, de positivo, neste terreno.

Leiam, agora, este telegramma de Buenos Aires:

«Espera-se que até meado de Setembro esteja preparada para produzir a primeira secção da fabrica militar argentina de aeroplanos, que está sendo construida entre o 4º e o 6º kilometro da Estrada de Ferro de Cordoba, em frente á escola civil de aviação. A fabrica entregará o primeiro lote ao exercito nos primeiros mezes do anno vindouro».

Torpedeiros e submarinos, construidos no estrangeiro, aeroplanos em fabricas nacionaes, eis a politica naval da Argentina, neste momento.

Apezar de tudo nos unir, como somos diferentes na realização dos problemas vitais das nossas nacionalidades!»

(Edição de 31 de Março do *Jornal do Brasil*).

Em torno da Reforma Fundamental

Ainda a questão das promoções ⁽¹⁾

(Cap. Z)

O editorial n. 157 da «A Defesa Nacional» mostrando de uma maneira clara e evidente a necessidade da modificação da velha lei que ainda hoje rege as promoções no Exército, apresenta algumas bases, sobre as quaes pensa o seu autor dever assentar a «nova lei de promoções».

As bases apresentadas podem, de um modo geral, constituir o alicerce de uma boa obra; esta porem, poderá ser má apesar da excellencia daquella.

No intuito, pois, de contribuir para a construcção iniciada e de objectivar mesmo certas questões lançadas de um modo vago no editorial em apreço, resolvemos expender sobre o assumpto as seguintes considerações:

1. — Actuação dos Cmts. de Corpos e chefes de repartições.

- Os cmts. de corpos e chefes de repartição organizarão a folha de *qualificação* (ao envez da *folha de conducta* actual) dos officiaes que servirão sob suas ordens.
- Estas folhas obedecerão ao modelo n. 1.
- A qualificação será o resultado da apreciação:
 - do vigor physico.
 - da cultura geral e profissional.
 - do valor moral.
 - da antiguidade, natureza dos serviços prestados, devotamento á profissão.
 - da apreciação pessoal do Cmt.
- Esta qualificação obedecerá ás seguintes regras:

1.º Vigor physico.

Idade

Tenente Coronel:

Mais de 55 annos	—	gráo	6
De 50 a 55	»	»	7
De 45 a 50	»	»	8
De 40 a 44	»	»	9
Menos de 40	»	»	10

Major:

Mais de 50 annos	—	gráo	6
De 45 a 50	»	»	7
De 40 a 44	»	»	8
De 35 a 39	»	»	9
Menos de 35	»	»	10

Capitão:

Mais de 45 annos	—	gráo	6
De 40 a 45	»	»	7
De 35 a 39	»	»	8
De 30 a 34	»	»	9
Menos de 30	»	»	10

Licenças para tratamento de saúde:

Por tempo maior de 6 mezes	gráo	6
De 3 a 6 mezes	»	7
De 1 a 3 mezes	»	8
De menos de um mez	»	9

2.º Cultura geral e profissional.

Cursos

- Da arma — gráo 6.
- Da arma e de aperfeiçoamento, revisão ou de officiaes superiores — gráo 7.
- De E. M. — gráo 9.
- Da arma, de aperfeiçoamento ou revisão ou de officiaes superiores e de E. M. — gráo 10.
- Approvações (excluidos os cursos preparatorios)
 - Majoria de simplesmente — gráo 6.
 - Metade ou menos de simplesmente — gráo 7.
 - Um terço ou menos de simplesmente — gráo 8.
 - Todas plenamente — gráo 9.
 - Nenhuma simplesmente e pelo menos um terço de distincções — gráo 10.
- Em qualquer caso, o curso de E. M. com «Muito bem» — gráo 10.

Obras publicadas:

O official que tiver publicado qualquer obra de valor militar, poderá obter uma nota de 6 a 10, conforme o julgamento. Esta nota nunca deve concorrer para prejudicar o autor do trabalho. O julgamento será feito por uma commissão nomeada pelo M. G. á requerimento do interessado. O resultado do julgamento só utilizado pelo Cmt. do corpo se favorecer o official.

⁽¹⁾ Este artigo é da lavra do joven e operoso Cap. de A. que nos pede acceita-lo como do Cap. Z. — Gratos.

3.º Valor moral.

Elogios:

De character collectivo (garbo, lusimento, etc.) assignalando predicados que devem ser inherentes a todo official — gráo 6.

Por desempenho de serviços especiais de carcter technico e scientifico de reconhecido e real valor — gráo 7.

Por serviços prestados á Republica em defesa da legalidade e da ordem publica — gráo 8.

Por serviços de guerra (campanha ou expedição) — gráo 9.

Por actos de bravura em combate — gráo 10.

Punições:

Em virtude de sentença — gráo 6.

Por embriaguez, jogo, deslealdade, etc. — gráo 7.

Por menos de oito dias — gráo 8.

Detensão ou reprehensão — gráo 9.

Nenhuma punição — gráo 10.

4.º Antiguidade, natureza do serviço prestado e devotamento á profissão:

Antiguidade:

No 1.º quinto do quadro — gráo 10.

No 2.º quinto do quadro — gráo 9.

E assim até o ultimo quinto em que terá gráo 6.

Natureza do serviço prestado:

Serviço effectivo na tropa — (no posto e por 1 anno no minimo) e S. E. M. (em qualquer posto e por 1 anno no minimo) — gráo 10.

Serviço effectivo na tropa (no posto e por 1 anno) e *serviço technico* (M. B., Eng. Comissões scient- etc.) carta geral, *Serviço Geographico*, etc. — gráo 9.

Serviço exclusivo na tropa — gráo 8.

Serviço na tropa (1 anno no minimo) com exercicio de commissões fóra dos casos previstos acima — gráo 7.

Commissões quaesquer sem serviço na tropa (no posto e por um anno) — gráo 6.

Licença para tratar de interesses, buscar a familia, etc.:

Mais de um anno — gráo 6.

Menos de seis mezes — gráo 7.

Menos de tres mezes — gráo 8.

Menos de um mez — gráo 9.

Ausencia de licença — gráo 10.

5.º Apreciação do Cmt.

Apreciação geral sobre todas as qualidades anteriores reveladas durante o anno pelo official gráo... E resumo do julgamento do Cmt.

e) Preenchidas, portanto, de conformidade com o exposto as diversas *casas* da «Folha de qualificação», o Cmt. do corpo terá a media arithmetica dos grãos, resultando dahi a qualificação do official.

f) Nenhum official poderá ser qualificado sem que tenha, á 31 de Dezembro, no minimo, 2 annos de posto.

g) A qualificação será publicada no boletim regimental.

h) As «folhas de qualificação» serão lidas aos interessados e remetidas aos Cmts. de Bda. (ou escalão superior até o 5.º dia util de Janeiro de cada anno.

II. — Actuação dos Cmts. de Bda.

a) Os Cmts. de Bda. (ou escalão correspondente) attendem ás reclamações que lhe forem dirigidas por escripto até o 10.º dia util de Janeiro e, pelo seu conhecimento pessoal dos qualificados, emittem um juizo correspondente e dão um gráo.

Este gráo com os outros da «Folha» (exclusive o do juizo pessoal do Cmt. do corpo), em média arithmetica, resumem a qualificação do Cmt. da Bda.

b) O Cmt. da Bda. organisa para cada official que lhe esteja sob ordens immediatas a «Folha de qualificação» conforme o que ficou dicto para o Cmt. de corpo.

c) A qualificação de todos os officiaes da Bda. será publicada no Boletim respectivo.

d) As folhas organisadas nas Bdas. com as oriundas dos corpos serão remetidas até o 1.º dia util de Fevereiro de cada anno ao Cmt. da D.I. (ou escalão correspondente).

III. — Actuação dos Cmts. de D. I.

a) Os Cmts. de D.I. procedem semilhantermente como foi dicto para os Cmts. de Bda. e recebem reclamações por escripto até o 10.º dia util de Fevereiro de cada anno.

b) Como para os Cmts. de Bda., *mutatis mutandis*.

c) Os Cmts. de D.I. organisarão por postos e armas as «Actas de quali-

ficação» (modelo n. 2) que serão publicadas em boletim da D.I. e remetidas até o 1.º dia útil de Março, á «Commissão de Promoções».

IV. — Actuação da Commissão de Promoções.

- a) A C.P. recebidas as actas dos Chefe do E.M., Cmts. de D.I., Serviços, etc., organisa uma acta geral. Recebe reclamações até o 15.º dia útil de Março e de accordo com as qualificações, o numero de vagas provavel mais 30 % organisa a lista que deve ser remetida ao M.G. até o 15.º dia útil de Abril de cada anno.

V. — O Ministro da Guerra manda publicar a lista em bol. do D.G. e a 24 de Maio, em commemoração á «Batalha de Tuyuty» é dia do soldado, as promoções devem ser feitas para as vagas existentes. Dahi por diante o preenchimento das vagas deve ser gradual e successivo.

M. G. — D.I.

MOD. N. 2

Acta de qualificações dos Majores de Inf.

Anno.....

Nomes	Corpo	Qualificação	Obs.

O officialato de reserva

Para os militares que conhecem o seu officio e que por isso pensam sempre em sua finalidade dominante — a guerra — tudo que se refere á boa e numerosa formação de officiaes de reserva tem uma importancia capital.

De facto esses saberão considerar que na guerra o official de reserva é um dos elementos mais ponderosos, por que o numero dos necessarios é elevado e não é facil obtê-lo em boas condições.

Ainda nos paizes como o nosso, de effectivos de paz necessaria e forçosamente fracos, o verdadeiro Exercito, o *Exercito que vai á guerra*, é o Exercito das reservas. O permanente prepara-o apenas; seu effectivo não dará para muito mais.

E', portanto, incomprehensivel a situação *ainda actual*. Não só permanecem pouco productivas as fontes onde podem ser colhidos os officiaes de reserva — e talvez as mais importantes absolutamente inexploradas — como os já feitos officiaes ficam como que abandonados, para não dizer desamparados, ou mesmo recalçados.

Sem duvida que o cidadão civil que, ao par de seus encargos sociais, assume digna e patrioticamente os encargos e responsabilidade de *official da reserva*, demonstra comprehensão superior de seus deveres civicos.

Isso é muito para attrahi-los mas é po-quissimo para retê-los, alimenta-los, fazê-los florescer.

Cabe exclusivamente essa parte ao Exercito Activo, aos officiaes da activa e notadamente aos altos dirigentes, cuja acção deve ser no caso interessada, directa e indirectamente, por todos os meios imaginaveis.

O official do Exercito não têm deveres de expediente: hypothecou sua vida ao serviço da Patria e isso tanto na paz como na guerra e deve, portanto, em tudo e por tudo rescender essa convicção moral.

Deve, portanto, intelligentemente discernir o que pode dignamente estimular o official de reserva em manter seu espirito e sua cultura militar, o que é capaz de prende-los e ata-los ás suas investidas. E' isso interesse maximo da Patria.

Fica, pois, incomprehensivel que as boas

medidas adoptadas não tenham proseguido como o acto de distribuição destes officiaes pelos corpos parecia annunciar ser o comêço.

Por outro lado, parece que os corpos não comprehenderam bem ou, pelo menos, não se interessaram por esta sua importantissima missão, restringindo suas relações com os officiaes de reserva ao *mero acto burocratico* do registo das apresentações.

Tudo isso prova que ha necessidade dos altos commandos intervirem. Delles é sem duvida a maior responsabilidade moral e a maior responsabilidade pratica.

Deve constituir um ponto de honra e um signal do valor pessoal dos commandantes saberem agir de modo a que os officiaes de reserva não se sintam extranhos nos seus proprios corpos e tomem interesse na vida do corpo. O official de reserva deve ser figura obrigatoria em toda e qualquer solemnidade do corpo e tomar parte, embora voluntariamente, em todos os exercicios interessantes. *Deve ser convidado e instado*.

Não fica, porem, ahi o prejuizo. Nota-se da parte do officialato de reserva um grande retrahimento, um arrefecimento em seu enthusiasmo.

E', porem, um disenteresse apparente, facil de remover e que se manifesta como consequencia de multiplas circunstancias.

Basta ouvir as queixas que nos chegam, que aliás são muito communs e frequentes, e vêr o desinteresse do officialismo por essa importante questão.

Uma das razões mais apperentes dessa *frouvidão no enthusiasmo* é a diversidade berrante dos uniformes.

E' razoavel. Não ha motivo algum para que usem uniformes diferentes officiaes que irão lado a lado cooperar na batalha.

Cogita-se fazer novos officiaes de reserva: parece uma idéa em marcha francamente victoriosa.

Ainda bem. E' preciso porem que, uma vez feitos, não fiquem ao desamparo e venha-se assim depois a perdê-los de facto.

O official de reserva é na paz o intermediario, a ligação mais energica entre as instituições permanentes e a sociedade civil...

As vantagens do Pólo no Exercito

Pelo Major José Pessoa

E' indiscutivel a necessidade da vulgarização dos desportos no Exército.

Dalí, praticar hoje os exercicios physicos na caserna, deve ser um prazer quando não fôra um dever do militar praticá-los para um fim utilitario a si, ao Exército e á Nação.

Não há dúvida que o desporto faz nascer entre os officiaes o sentimento de combatividade e de luta que constituem o objectivo de sua actividade e o característico de sua aptidão; e, na tropa, o espirito de corpo e de solidariedade, que constituem a força e disciplina das unidades de escol.

Já é tempo, pois, de que todos se convençam da necessidade de se formar uma raça desportiva, viril, para então, organizar um exercito capaz de fazer com bom exito a guerra moderna.

Na conflagração européa ingleses e americanos — exemplos de povos desportivos — organizaram, por isso mesmo, em insignificante decurso de tempo, exercitos de milhões de homens fortes, aguerridos e disciplinados.

stancias que o devem levar a ser um dos mais arrojados e de lances mais enérgicos, circum-

O jogo do Pólo é um desporto dos mais preferidos pela cavallaria. E' o que maiores vantagens traz ao cavalleiro militar, porque o faz praticar golpes perfeitamente identicos aos empregados por elle no manejo das armas brancas, ao mesmo tempo que lhe dá coragem, segurança e destreza a cavallo.

Isto só, bastaria para consagrá-lo um methodo pratico de educação physica de combate.

Entretanto ainda há, entre nós, apesar dos exemplos que nos offerecem os exercitos francêz, inglêz, americano, alemão, etc., quem affirme ser este apreciado gênero de desporto um verdadeiro *mata-cavallo*. Ora, não é possível que um trabalho de oito minutos, executado em todas as andaduras, que é o esforço despendido pelo animal numa partida de Pólo, seja bastante para *matá-lo*.

Ninguém de bom senso poderá levar a serio semelhante conjectura oriunda, talvez da ignorancia dos resultados proveitosos dêsse bello desporto ou da má vontade contra sua pratica no Exército.

Durante mais de dois annos, praticámos intensivamente o Pólo com os nossos camaradas do 1.º R.C.D. e do Club Esportivo de Equitação, e ninguem ouviu dizer durante esse lapso de tempo que algum cavallo caísse sequer doente dos treinamentos do polo. Ao con-

trário, notava-se que isto era motivo para que os homens entusiasmados pelas victorias das suas montadas se esmerassem em dar-lhes maiores cuidados e tratamento, apresentando geralmente esses animaes melhores apparencias que os outros.

Está hoje, também, inteiramente afastada a supposição de que os nossos cavallos não davam para a pratica do Pólo. Snobismo, inesperienza, pois possuindo o cavallo brasileiro, além da sua notável hereditariedade, excellentes qualidades de rusticidade, resistencia e agilidade e obedecendo com grande presteza ás redêas, á pressão das pernas e inclinações do corpo do cavalleiro, não podia deixar de ser considerado um dos mais famosos *polo-ponies*.

Aí estão os exemplos irrefutaveis das brilhantes victorias obtidas pelas antigas turmas do 1.º R.C.D., montando os nossos cavallos crioulos, sobre as turmas dos ingleses-americanos montando os cavallos da especialidade importados do Rio da Prata.

Realmente, a Argentina tem tido um grande esmero na criação do cavallo de Pólo, o que já lhe valeu a gloria de ser considerada o Pais do Polo e o campeão mundial dêsse desporto conquistado nas Olympiadas de Paris de 1924.

Ali, os cavallos são seleccionados e outros habituados aos serviços de rodeio e apartes, têm naturalmente predisposições para o jogo do Pólo, sem ser necessário submittê-los a longo adestramento.

Nós devemos olhar com mais criterio e interesse para esse gênero de desporto, pois, constitue um estímulo ao aperfeiçoamento da criação cavallar, que poderá bem ser mais um factor do nosso desenvolvimento econômico.

Seguindo o que já fazem os nossos vizinhos do Prata, os criadores brasileiros poderão seleccionar os cavallos crioulos de Pólo, que exigem menos cuidados e pericia e menos condições que os exigidos para os cavallos de corrida.

Na verdade, tudo quanto se fizer, no Brasil, no sentido de desenvolver e seleccionar a raça cavallar indigena, é obra de patriotismo e duradoura para a defesa nacional.

Estamos convencidos de que o desenvolvimento do Pólo entre nós não é apenas uma questão desportiva: — é também um assumpto a que se prendem grandes interesses do Pais e em particular, do Exército, com o encorajamento da criação do maravilhoso cavallo crioulo, que é o nosso puro-sangue e o nosso cavallo de guerra.

Fogo colectivo na A. C.

Pelo 1.º Ten. *Waldemar Pio dos Santos.*

Vamos procurar effectuar, com um grupo de artilharia de costa, o tiro colectivo, com pontaria indirecta, mediante a utilização de uma adequada prancheta, *no caso especial de se acharem desorientados os circulares graduados da plataforma de seus canhões*, de tiro rapido e medio calibre.

Tomemos uma prancheta kilometricamente quadriculada, na escala de... 1:20.000, capaz de conter toda a zona que o grupo possa bater.

Escusado é dizer que na artilharia de costa podem e devem ser as pranchetas confeccionadas com toda a precisão e installadas com todo o rigor e segurança pois constituem trabalhos permanentes.

Transportemos para a prancheta, por meio de suas coordenadas, os pontos a, b, c, d, e, f, g, representativos, respectivamente, dos canhões A, B, C, D, E, F, e do telegoniometro G. Loquemos ainda certos pontos h, i, j, k, que representam os pontos afastados H, I, J, K (marcos geodesicos e outros de coordenadas conhecidas).

Feito esse trabalho preliminar de gabinete, vamos ao canhão A, e o colloquemos, rigorosamente, na direcção do ponto afastado H (si do canhão não fôr visto este ponto, procedamos do mesmo modo sobre um qualquer dos outros já locados ou que o possa ser). Vejamos quanto fica marcando o indice sobre o circular graduado da plataforma; supponhamos que elle accuse 58.º, 5.

Agora, novamente sobre a prancheta: liguemos o ponto *a* ao ponto *h*; com o centro em *a* e um raio qualquer tracemos um arco abrangendo todo o campo de tiro do canhão; no ponto em que a linha *a-h* cortar o arco marquemos 58.º, 5 e, com auxilio de um bom transferidor, a partir desse ponto, para a direita e para a esquerda dividamos o mesmo arco de 5 em 5 grãos ou como convier. Assim, temos graduado o sector de tiro do canhão considerado e de tal modo que a prancheta poderá fornecer, directa e immediatamente, o commando para a direcção no caso da pontaria indirecta. Em

outras palavras: registremos 58.º, 5 no circular graduado da plataforma e assim teremos o canhão na direcção do ponto *h*; tiremos da prancheta a direcção *a-i*, registremo-la no circular graduado e temos o canhão em direcção do ponto *i*; tiremos da prancheta as direcções *a-j* e *a-k* e teremos o canhão sobre *J* e *K*, respectivamente.

Si conseguirmos pois, local, na prancheta o ponto *n* em que se deverá achar, dentro de um certo tempo (egual a somma dos tempos perdidos e morto, mais a duração do trajecto), o navio *N*, claro é que poderemos extrahir della, immediatamente, a direcção a commandar á peça *A* para poder atirar sobre o referido ponto.

Ora, o nosso telemetro fornece os dois elementos necesarios á determinação desse ponto: direcção e distancia. Para podermos transporta-lo, rapidamente, para a prancheta façamos primeiramente sobre ella o seguinte: com o centro em *g* construamos o circular azimuthal do telemetro conservando a respectiva orientação geralmente a linha 0-180º na direcção do N-S geographico.

Para locarmos o ponto *n* não temos mais do que fazermos passar uma regua pelo ponto *g* e pelo ponto da direcção commandada pelo telemetro (depois de feita, em presença da tabella respectiva, a correcção de deriva, para um certo tempo mais a duração do trajecto, correspondente a um deslocamento do navio, de tantos grãos em tantos segundos) e, sobre essa direcção dada pela regua, tomarmos a distancia, ainda commandada pelo telemetro (depois de feita, em presença da tabella respectiva, a correcção da distancia, para um determinado tempo mais a duração do trajecto, correspondente a tantos metros em tantos segundos), para o que a regua deve ser, previamente, graduada em kilometros e fracções, na escala da prancheta.

Si ligarmos agora, com a regua graduada, o ponto *a* ao ponto *n*, teremos, na intercepção della com o circular gra-

duado correspondente ao do canhão A, a direcção a ser commandada a esse canhão para ficar, uma vez registrado esse commando, sobre o ponto N; quanto á distancia entre os dois pontos tiraremos da regua, tambem immediatamente.

De modo analogo ao que procedemos em relação ao canhão A, construímos sobre a prancheta o circular graduado correspondente a cada um dos canhões B, C, D, E, F, sem a obrigação de tomarmos o mesmo ponto H para o trabalho prévio de cada uma dessas construcções; apenas os raios para os traçados desses arcos é que devem variar de canhão para canhão pois que, do contrario, teremos numeros sobre numeros e a prancheta se tornará menos pratica, pela necessidade de maior cuidado, mesmo que cada arco e respectiva gradação tenham cores diferentes.

Terminado o trabalho de que falamos, teremos na prancheta: o telemetro com seu circular azimuthal orientado e os seis canhões com seus sectores de tiro devidamente graduados e conservada a desorientação que, de facto, entre elles existe.

Para o tiro a ser feito utilizando a prancheta cuja confecção vimos, vamos considerar, para o caso do commando do grupo:

a) especie de pontaria: a indirecta; quanto á direcção as peças não têm mais que registrar as derivas vindas do P.C. do grupo; quanto á elevação cada peça regista o angulo correspondente á distancia tambem fornecida pelo P.C.;

b) Que a distancia tirada da prancheta para o posto telemetrico póde ser, sem a menor modificação, transmittida, immediatamente, aos canhões da bia. M, só nos cumprindo correr mais uma vez a regua, em distancia, para a bia. P.;

Conforme é aconselhado, a correcção diaria da distancia deve ser feita no proprio telemetro, de modo que desde o 2.º disparo elle indica sempre a distancia balistica do dia.

c) Especie de fogo: a descarga para os seis canhões do grupo ou para os quatro da bateria M, para os dois da bateria P., separadamente.

d) O Cmt. do Grupo dispõe de ligação telephonica directa para os quatro canhões da bateria M e para os dois da bateria P. (sendo, entretanto, de grande facilidade o estabelecimento de uma ligação electrica, tal com a usada nas modernas installações de *fire-control*, entre as bias e o P.C., pelo menos para que o Cmt. do Grupo saiba se acharem ellas promptas para o fogo e possa transmittir o signal de disparo).

Pode, ainda, em condições especiaes, commandar á voz as peças da bateria M.

Feitas as considerações acima, vejamos o tempo perdido e o tempo morto para o caso do tiro colectivo. E' sabido que taes tempos podem ser perfeitamente determinados e fixados por occasião das escolas de fogo de modo a servirem de base ás tabellas de correcção de marcha em direcção e distancia; tabellas de calculo rapido e simples e que têm sempre permittido ao artilheiro de costa, uma vez registado os commandos, ter as suas peças apontadas para onde irá passar o navio dentro de um certo tempo (integral dos dois e da duração do trajecto).

Tomemos, para o material considerado, como tempo que vae da medida da distancia ao fim da pontaria 24 segundos, a saber: leitura no telemetro — 3 segundos; determinação na prancheta, do ponto em que deverá passar o navio (tal determinação é facilitada pela collocação, num dos cantos da prancheta, das tabellas referidas), corrida da regua para tiragem dos elementos a serem commandados e transmissão, pelos dois circuitos telephonicos, desses elementos, á medida que vão sendo tirados — 14 segundos; leitura do angulo de elevação para a distancia recebida do P.C. — 4 segundos; registo da pontaria, nas peças — 3 segundos.

Tomemos 4 segundos para o tempo que vae da terminação da pontaria á partida do tiro.

Para somma dos dois tempos teremos, portanto, 28 segundos.

Digamos de passagem que os dois intervallos de tempo a que nos alludimos podem ser ainda reduzidos, pois o fogo deverá ser executado com guarnições e especialistas bem treinados e nem de ou-

tro modo comprehendemos porque a acção duma artilharia só é effizaz quando os elementos materiaes que a constituem são manejados segura e habilmente, maxime tratando-se da modalidade «artilharia de costa» pela natureza de seu alvo movel.

No caso do fogo collectivo, com canhões desorientados, nós nos podemos contentar com o fornecimento de elementos pelo telemetro, de 30 em 30 segundos o que dá tempo de ser feita a preparação em conjunto de modo a serem descarregadas as seis peças em menos de um minuto.

Verificamos, claramente, pois, pelo exposto até aqui, que é, immediata e automaticamente resolvido, quando utilizamos a prancheta com a reguinha, o triangulo formado no caso do telemetro funcionar, como no presente, fóra da bateria; não precisamos, portanto, determinar tabellas lançando mão da nossa muito conhecida fórmula

$$D = \sqrt{b^2 + d^2 - 2bd \cos \alpha}$$

Consideremos, ainda, a differença de cotas entre o telemetro e cada uma das peças. Nesse caso, como bem comprehendemos todos, não é com a distancia fornecida pelo telemetro que deveremos entrar na tabella de tiro e sim com a mesma distancia modificada de uma certa quantidade, que uma vez calculada podemos introduzir definitivamente na alludida tabella; em outras palavras, quando, no momento do fogo, tiramos de uma tabella o angulo para a distancia de tiro commandada já vem feita a correção devida ao desnivelamento das peças em relação ao telemetro.

Refutemos, agora, uma objecção que, naturalmente, surge: si, pela maneira exposta, podemos tão bem fazer a preparação em conjunto e executarmos o fogo collectivo, qual a vantagem em serem os canhões e o telemetro convenientemente orientados?

Ora, todos sabemos que, estando os circulares graduados das peças orientados do mesmo modo que o do telemetro, si dermos a todas ellas a mesma deriva (já tirada do seu circular azimuthal) os planos de tiro se tornarão parallelos ao

plano de visada do telemetro; si quizermos o regimen de convergencia, como no caso em apreço, não teremos mais do que commandar, para cada peça, uma correção dependente da distancia medida e do intervalo que a separa da estação telemetrica, e, como podemos calcular tabellas fornecendo essas correções para as diversas distancias de tiro, claro está que, além do nosso trabalho ficar simplificado, tornar-se-á mais preciso, mais rigoroso pois que os resultados serão obtidos pelo calculo em vez de o serem graphicamente. *Mas, quem não tem cão caça com gato.*

Ao terminar digamos que, além da prancheta considerada e das tabellas e quadros para as diversas correções atmosphéricas e balísticas, deve existir como complemento necessario, no P. C. do Grupo e nos das bias, tal como é aconselhado pelos mestres consagrados no nosso Paiz e fóra delle, uma carta de conjunto, convenientemente orientada, do sector de defesa e do campo de tiro de cada bateria, para um raio de alcance, maximo effizaz das peças; sobre essa carta devem existir marcados ou assignalados a cores diferentes:

- a) os limites dos campos de tiro assim como os limites dos alcances effizes para as differentes peças das baterias;
- b) os limites das zonas em angulo morto para cada bateria e para cada peça;
- c) os pontos que, pela sua pouca profundidade, não permitem a passagem de certas e determidas embarcações;
- d) as defesas submarinas, os observatorios e postos de commando;
- e) as posições dos projectores electricos;
- f) os postos semaphoricos;
- g) os logares que, fóra da obra fortificativa podem e devem ser occupados por peças moveis de campanha;
- h) pontos que permitem e pontos em que se torna impossivel uma operação de desembarque de pequena envergadura;
- i) outras referencias julgadas uteis pelo Commando.

A pratica da disciplina

Pelo 1.º Ten. Alcindo Nunes Pereira

Como toda realização prática, a aplicação da disciplina apresenta dificuldades que só uma vontade firme e decidida consegue vencer.

São elas oriundas da ignorância ou descaso dos preceitos disciplinares e do inato espirito de rebeldia do homem contra tudo que lhe restrinja a livre expansão da vontade. Tais factores produzem atritos e resistências que entavam os movimentos da complexa máquina militar, cujo funcionamento regular exige perfeita ajustagem de todas as peças, e, que todos os seus membros estejam exactamente compenetrados de seus deveres e os executem sem discrepâncias.

A remoção de semelhantes entraves exige do Chefe *tenaz e inflexível energia, unida a esmerada educação militar*. A ausência desta última por si só bastará para o desvirtuamento da disciplina.

O prestígio e a força moral do Chefe são a garantia suprema de sua acção disciplinadora. Estes requisitos, porém, só os possuem aqueles que se impõem pelo saber, pela justiça de seus actos, pela correcção impecável do proceder e pela observância rigorosa dos dispositivos regulamentares, que a si mesmos aplicarão antes de fazê-lo aos demais.

É o exemplo, sempre o exemplo, na paz ou na guerra, o melhor meio de educar, de disciplinar, de guiar homens. Tem elle uma influencia incontestavel na formação da mentalidade, e quicá do carácter dos neófitos: officiaes e sargentos recém-saídos das Escolas ou dos conscritos ingressantes nas fileiras, que, todos, no fim de curto periodo ficam inteiramente identificados com o novo meio, dada a impotência das acções isoladas e inversas ao empuxo geral.

Cumprido, pois, crear um ambiente são, de rigoroso procedimento militar; dar vida á disciplina e concretizá-la em actos de profundo e sincero respeito ás suas prescripções.

Para atingir tal objectivo, qual o melhor caminho?

Por sem duvida, aliar ao exemplo salutar as imposições de uma exigência ponderada, resoluta e pertinaz. Ambos se completam e se não applicados conjuntamente darão resultados falhos.

É o que acontece quando o Chefe se limita a exigir de seus subordinados o cumprimento dos regulamentos, sem que por sua vez se julgue na obrigação de respeitá-los. A dis-

ciplina assim gerada é fictícia, tam sómente exterioridade, não atinge o íntimo do homem.

O processo de actuar só pelo exemplo é insufficiente, não vence resistências, alcança apenas as boas vontades.

Em se preparando para ser modelo vivo de sua tropa, o Chefe nada mais faz do que cumprir um simples dever de honestidade profissional e de lealdade para com a Pátria, em cujo benefício hipotecou até a própria vida.

Alcançará esse objectivo se satisfizer a condições que o elevem na estima, consideração e respeito gerais.

Antes do mais, conhecer perfeitamente a arte da guerra e com tanto maior profundeza quanto mais elevado o grau da hierarquia. Paralelamente, possuir uma cultura geral tão vasta quanto possível, abrangendo além dos conhecimentos essenciais ao desempenho da profissão, os necessários a uma útil actuação no conjunto social.

É necessário ter sempre em mente que «o Comandante de toda a unidade (Cia., Esq., Bta e unidades superiores) é seu instrutor permanente e responsável. Cabe-lhe a instrução da tropa e dos quadros». (R I Q T).

Sem o preparo conveniente não poderá o official dar cumprimento á sobredita prescripção, depreciar-se-ha no conceito de seus subordinados e superiores, e concorrerá para o descrédito da disciplina, por não inspirar confiança; e nada mais prejudicial que um Chefe no qual a tropa não confia.

Impossível lhe será dissimular a incompetência ou encobrir actos menos legítimos aos olhos de seus subordinados, como muito bem afirma *Gavet* na seguinte frase: «com alguma intelligência, grande desejo de agradar e pouco escrúpulo, consegue-se iludir um Chefe; um inferior, jamais».

No ponto de vista limitado da disciplina o saber não é bastante e por si só pouca influencia terá se não for orientado por um elevado *espirito de justiça*. Esta é a alavanca da ordem e o maneja-la exige qualidades especiais do Chefe.

Aplicar penas e distribuir recompensas é tarefa extremamente delicada.

O castigar não significa malquerença ou propósito deliberado de fazer mal, senão o cumprimento de estrito dever disciplinar. Nestas

«A disciplina militar prestante
Não se aprende, Senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando ou estudando,
Senão vendo, tratando, e pelejando.»

(Camões)

condições deve revestir um aspecto de absoluta equidade e isenção de ânimo.

Isso só será possível se o Chefe tiver inteiro domínio de si mesmo, para sopitar os impetus desarrazoados e calar no íntimo sentimentos que possam empanar a justiça de seus actos.

Considerar a punição como meio extremo de corrigir; esgotar antes todos os recursos seusórios capazes de reabilitar.

O apêlo oportuno aos nobres sentimentos do homem produz resultados inestimáveis e é o caminho seguro que conduz á posse de uma estável e conscienciosa noção de disciplina; requer da parte do Chefe, tacto e habilidade.

O complemento indispensável ás duas condições atrás enumeradas é por certo a *continuidade* na observância das disposições regulamentares. Compete ao Chefe respeitá-las e fazer respeitá-las *com rigor e sem esmorecimentos*, convencido de que só por esse modo se preservará da ruína o mais importante esteio da organização militar.

Jamais consentir no desvirtuamento de qualquer preceito disciplinar, por mais insignificante que pareça, pois, o mau precedente é a porta aberta á desmoralização. Reconduzir sempre com firmeza o subordinado á esfera da disciplina, sem dela se afastar.

Se ao traçar essas considerações essenciais á prática da disciplina, frizámos especialmente os predicados que devem ornar o Chefe, é por depender d'este, sobretudo, a conquista de tal objectivo.

Não é, porém, *tudo*.

A disciplina exige reciprocidade de deveres, sem o que não será possível obter o máximo de resultados.

Todo o Chefe é ao mesmo tempo subordinado e como tal deve prestar conta de seus actos a um superior. Se na qualidade de Chefe quer ser obedecido e respeitado, é preciso que acate e cumpra as ordens de seus superiores.

Na guerra mais do que na paz essa condição é absolutamente indispensável. A desobediência a ordens terminantes só em casos excepcionálissimos é admissível, e em geral produz as mais desastrosas consequências.

Não faltam exemplos na história das guerras.

É notável o de Zazulich, comandante das forças russas nas margens do Ialú, na guerra russo-japonesa; tendo-lhe Kuropatkin ordenado que executasse um retraimento sistemático diante das forças nipônicas, retardando-lhes o avanço, desobedeceu, resistindo a fundo, e o resultado foi a formidável derrota de 1.º de maio de 1904.

Há, sem dúvida, alguns exemplos de desobediência que tiveram felizes desfechos, qual o de Nai, em Ulm, deixando de cumprir as ordens de Murat, mas são factos isolados e excepcionais que não devem de modo algum

conduzir á adopção de tal prática. Sómente a circunstância de estar Nei mais ao par das intenções de Napoleão que Murat nessa ocasião, deve ser atribuído esse resultado.

Ora, nem sempre o subordinado está ao par do conjunto das operações; pelo contrário, é geralmente limitado o âmbito de sua acção, e pretender nestas condições modificar uma decisão superior por julgá-la pouco acertada, é cometer grave falta, cujas consequências difficilmente poderão ser previstas.

Ainda que seja fruto da melhor das intenções, um acto desta natureza poderá acarretar a ruína geral e por conseguinte deverá ser reprimido com severidade.

Se falecer ao Chefe envergadura moral para coibir esses deslizes, eles multiplicar-se-hão fatalmente e acabarão por anular factores essenciais á vitória, quais a unidade de comando, a coesão da tropa, a coordenação de esforços, etc....

É preciso, no entanto, que se não confunda iniciativa com desobediência.

Casos há que circunstâncias em extremo imperiosas obrigam a iniciativas discordantes de ordens peremptórias, isso todavia não inibe o seu autor das graves responsabilidades decorrentes, nem o isentam de severa punição, cuja probabilidade deve admitir.

Em regra a iniciativa não incide em desobediência, ao contrário, ampliando as condições de uma ordem, actua no mesmo sentido desta. Dentro dos limites da obediência ha margem sufficiente para o desenvolvimento das mais úteis iniciativas.

«Obedecer é tão nóbre como comandar; ambos são exercicios do mesmo dever militar» (RISQ). Para que um e outro se ajustem exactamente, é indispensável que sejam impulsionados por um forte sentimento de *lealdade*. Só assim poderá um subordinado cumprir sem hesitações ordens em desacordo com as suas próprias convicções e poderá o Chefe ter certeza e confiança na execução fiel de suas decisões: é a lealdade para com o superior.

Por outro lado, é necessário que este seja absolutamente *leal* não só para com os subordinados, mas sobretudo para com os altos interesses do País, no desempenho de suas funções.

Traduzam sempre suas ordens os mais elevados sentimentos de honestidade profissional e patriotismo, que jamais serão contestadas ou discutidas.

Em resumo, a prática da disciplina exige dos Chefes e subordinados o máximo respeito ás prescrições regulamentares, inteligente metódização de seus actos e costumes, extremo desvelo no cumprimento dos deveres e aprimoramento incessante das qualidades pessoais.

Sómente o conjunto de tais factores poderá permittir a obtenção de uma disciplina inquebrantável e duradoira.

Requisições Militares

(Fundamento juridico do direito de propriedade perante as Leis de Guerra do Brasil)

Pelo Cap. Silva Barros.

Cogita-se neste momento de regulamentar a nossa Lei de Requisições. E' tempo de darmos os nossos sinceros parabens á Administração Militar Brasileira. E' opportuno, pois, que digamos aos nossos camaradas duas palavras sobre o uso e abuso da requisição no Brasil.

Durante muitos annos o Exercito usou o «toque de saquear» (em caracter official) na sua «ordenança».

— Parece incrível!

— E' duro, mas é verdade.

Hoje, o «influxo bemfazejo» da Missão Militar Franceza, conseguiu para o Pais uma lei, pela qual o Administrador Militar poderá assegurar os meios de subsistencia e de combate aos que pelejam no campo de batalha.

A requisição é a tomada de posse dos objectos e das prestações em espécie; é também a obrigação de prestar serviços pessoas.

A requisição das prestações em dinheiro, que é submettida a regras especiaes, tem o nome de *contribuição de guerra*.

A *contribuição de guerra* é admittida pelo Regulamento de Haya, sob duas formas seguintes:

- a) — *Percepção de impostos* — Esta percepção deve ser justificada pela soberania do occupante e acarreta como consequencia a obrigação de prover as despesas da administração do territorio occupado militarmente.
- b) — *Contribuição propriamente dita* — que tem o caracter de uma requisição e deve, em principio, ser eliminada ás necessidades do Exercito.

Na prática da requisição temos sérios principios geraes de direito a encarar.

Exemplo:

I — Fixar um limite para a contribuição, como existe em França, pela Lei

de 3 de julho de 1877 e Dec. de 2 de agosto dêsse mesmo anno.

II — No estrangeiro, a requisição, exercida em virtude da *soberania de facto* criada pela occupação, não dá direito a nenhuma indemnização, mas não deve ter por objecto exigir dos habitantes serviços que os levem a cooperar nas operações de guerra contra seu próprio Exercito.

III — As presas só podem ter lugar sobre os objectos pertencentes ás tropas inimigas e não sobre os bens particulares. Tornam-se propriedade do Estado e entram nas caixas militares, armazens ou depositos do Exercito ou da Armada, tendo sua recepção verificada por um termo lavrado por uma Commissão de Officiaes, para tal fim designada pelo Commando.

IV — A contribuição não deve ser uma pena collectiva por causa de *factos individuaes*. Deve sempre ser ordenada por escrito e sómente pelo General Chefe. E' preciso que se regularize muito bem a questão do recibo das sommas requisitadas a êsse título.

Discute-se ainda a constitucionalidade da requisição. O nosso mestre, Snr. General L. Buchalet, da Missão Francesa, em suas conferencias, em 1920, na Escola de Estado Maior, justifica magistralmente o projecto que deu origem á nossa actual Lei de Requisições.

Chamamos especialmente attenção dos camaradas para as visões desse general, quando diz: «A Constituição Federal e o fundamento juridico do direito de requisição».

E' uma peça bem estudada e reflectida. Entretanto, como nacional, e affeito, por profissão, ao estudo das leis do País, convidamos os companheiros para irmos um pouco mais além, especialmente os que se dedicam inteiramente aos problemas que interessam á formação do Chefe.

Vejamos:

A nossa antiga lei sobre desapropriação é de 9 de setembro de 1826, tendo estabelecido dois casos distintos:

1.º — a desapropriação, mediante *indenização prévia* e formalidades legais;

2.º — o uso da propriedade, sem as formalidades legais, mediante *indenização posterior*.

Este último caso a Lei citada estabeleceu nos seguintes termos (artigo 8.º):

...«No caso de perigo *imminente*, como guerra ou commoção, cessarão todas as formalidades e poder-se-há tomar posse do uso quanto baste...»

Estas duas hypothesees sempre se mantiveram em nossa legislação sobre o assumpto (Lei n.º 816, de 10 de julho de 1855; Dec. n. 1.664, de 27 de outubro de 1855; Dec. Leg. n. 1.021, de 26 de agosto de 1903; Dec. n. 4.956, de 9 de agosto de 1903) e foram repetidas na «Consolidação» de Teixeira de Freitas (art. 68), e na de Carlos de Carvalho (art. 845) (1).

A Constituição Federal, no art. 72, § 17, manteve o direito de propriedade em toda a sua plenitude, — «...salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, MEDIANTE INDEMNIZAÇÃO PRÉVIA...»

O Código Civil Brasileiro, mais claro, mais preciso, do que todas as leis anteriores, definiu no art. 591 as formas de limitação da propriedade particular:

«...Em caso de perigo *imminente*, como guerra, ou commoção intestina (Const. Fed.), poderão as autoridades competentes *usar* da propriedade particular até onde o bem público o exija, garantindo ao proprietário o direito á indenização posterior...»

«§ único — Nos demais casos, o proprietário será PRÉVIAMENTE indenizado, e, si recusar a indemni-

zação, consignar-se-lhe-há, juridicamente, o valor...»

Logo, toda requisição dá lugar a abertura de um direito absoluto: a INDEMNIZAÇÃO, que será PRÉVIA, se não estivermos em guerra ou estado de sitio, caso em que não haverá tomada de posse definitiva, porque a lei manda *usar* temporariamente a *cousa*, assegurando ao seu proprietário o direito de ser indenizado «*a posteriori*».

E' do conhecimento público as dificuldades em que o Governo se viu envolvido, opinando a maioria pela tomada de posse dos navios, como medida de salvação nacional, pedindo-se, posteriormente, ao Congresso uma Lei reguladora do assumpto.

E é esta lei, exactamente, que hoje se procura regulamentar por um Decreto.

Que seja regulamentada por quem já applicou a Lei em campanha, estudando-a, anotando-a e sentindo as necessidades prementes da sua falta de regulamentação.

Quando iniciamos os primeiros passos no estudo das materias juridicas, aprendemos os princípios básicos da formação das leis, compenetrando-nos de que «*a lei especial*» não pode revogar a *geral*, especialmente a Lei das Leis, que é a Constituição da República.

A tomada de posse da propriedade particular sem indenização prévia, isto é, com indenização posterior, exige condições especiaes, ou melhor, assegura por lei, ao proprietario, um direito absoluto que jamais poderá ser espoliado por um decreto.

O decreto, como «*explicativa*» da lei, poderá ampliá-la, descer a pormenores, mas nunca poderá ir de encontro a ella, nem tampouco modificar a intenção do legislador.

Sabemos de sobra que em caso de calamidade, segurança externa do país

(1) Para melhores esclarecimentos, vide parecer de Nuno Pinheiro, ao Min. da Faz., em 20-3-1917, sobre «*a imminência da guerra e o direito de requisição*».

(2) Leia-se, a proposito, o parecer de William Taft, em favor da apropriação dos navios hollandeses, pelo Governo dos Estados Unidos, durante a guerra europeia (Rev. Jur., Vol. X, pag. 229).

enfim, em caso de salvação nacional, um Governo forte e resolutivo está naturalmente investido do direito e do dever de praticar actos de «JUS IMPERI», immanente ao poder de Governo, dentro do poder discrecionário da Administração, que exclue a intervenção do Poder Judiciário, ou melhor, que o apoia para se defender juridicamente.

Explanada a parte jurídica passemos a estudar a questão de facto.

A requisição que pode parecer, «*a priori*», um processo simples e vantajoso é o mais oneroso dos modos de aquisição, tendo o perigosíssimo inconveniente de atemorizar o possuidor, que faz desaparecer os gêneros, porque o pagamento não é immediato.

Sempre que fôr possível, deve-se preferir as compras directas ou convenções amigáveis, e só recorrer á requisição para combater os preços exaggerados ou a reconhecida má vontade dos habitantes.

A compra a dinheiro é o processo mais economico para o Estado. Os pequenos agricultores (especialmente quando se opera numa zona colonial), preferem vender a dinheiro pela metade do preço de uma requisição.

O Estado, de qualquer forma, indemnizará a propriedade particular.

Quando se trata de destacamentos que se vejam obrigados a operar isoladamente, dar-se-hão, como medida excepcional, adiantamentos aos corpos para viverem sobre si mesmo, isto é, viverem dos recursos locais, quando em absoluto for impossivel contar com os da retaguarda.

O bom administrador evitará tanto quanto possivel a requisição.

O General-chefe mediante propostas mensaes do Serviço de Subsistencias, que possuirá as tabellas e as estatísticas do Serviço de Reabastecimento Nacional (baseadas na producção dos recursos locais), poderá fixar os preços, além dos quaes será applicada a requisição, afim de servir de freio ao jôgo falseado da Lei da Offerta e da Procura.

Podiamos, em manobras, adoptar o exercicio da requisição.

Será um ponto perigosissimo se não o fizermos com tacto e absoluto conhecimento de causa.

Explicuemos:

— Não ha *direito* sem *obrigação* e vice-versa, logo, o Estado, por exemplo, que tem o *direito* de requisitar, isto é, de tomar posse — immediatamente — de certa *cousa*, tem o *dever* de indemnizar, no prazo maximo de 30 dias (em rigor seria *prévia* a indemnização), a *cousa* requisitada.

Do contrario, de nada servirá o exercicio, porque o Serviço de Intendencia não praticará no resgate da requisição.

Juridicamente, em manobras, não estando em estado de sitio, a entrega do objecto requisitado, por parte do possuidor, não é obrigatoria.

As leis devem ser *curtas*, para serem bem *cumpridas*.

Uma lei de guerra, por uma questão de psychologia das multidões, não deve ser uma *cousa* banal. Tudo o que se torna trivial, para um povo sem educação civica e sem instrucção, passa para um plano secundario. Basta que o habitante saiba que existe e, desde criança, ouça falar, todos os dias, na Escola, que as *Leis de Guerra* exigem isto e aquillo do cidadão. O individuo se forma tendo verdadeira religião ás *Leis de Guerra*.

Olhemos para o que aconteceu com a do Serviço Militar... o defeito é do regulamento.

Um ponto sério a encarar na regulamentação da Lei de Requisições é o que trata das indemnizações.

Normalmente o município e, só muito excepcionalmente, o individuo deve ser credor do Estado. O original da requisição da autoridade, com o competente recibo é o único documento que deve acarretar para o Estado uma obrigação de pagamento.

Ajudemos, pois, no limite das nossas forças os camaradas que teem sobre os seus ombros as responsabilidades de organizar a Administração Militar como órgão componente da Defesa Nacional.

As operações militares dirigidas pelo Marquez de Barbacena em 1827

Pelo 1.º Ten. Salgado dos Santos

Depois de um estudo meticoloso sobre as operações militares dirigidas em 1827, pelo Marquês de Barbacena, observa-se o grande esforço que elle empregou em reorganizar o Exército, afim de recuperar todo o tempo perdido pelo Brigadeiro Damaceno Rosado.

Se voltarmos um pouco atrás, veremos como Barbacena foi surpreendido com a sua nomeação para pôsto de tamanha responsabilidade, qual o de commandante em chefe do nosso Exército em operações ao Sul, estando elle no Rio de Janeiro, não deveria estar ao par do verdadeiro estado em que se achavam as cousas, no theatro das operações.

Meditando, portanto, a tremenda responsabilidade com que ia arcar, elle, patriota estrechado, acompanhava com vivo interesse todos os passos da campanha, desde o seu inicio. Seu coração enchia-se de magoa ao ver que há tanto tempo rompera a guerra e nada se resolvia em nosso favor — quando as nossas passadas guerras eram verdadeiros padrões de glória para o nosso Exército. Assumindo, pois, o commando de um núcleo de soldados famintos, com soldo atrasado e com grande falta de munições de guerra, de bocca e de todos os demais elementos, Barbacena, em menos de doze dias, graças ao seu grande esforço, transformou as suas tropas num verdadeiro exército regular, a despeito do seu pequeno effectivo, e deu-lhe entusiasmo, graças ao prestigio e á confiança que nelle todos depositavam, e graças também ao facto de tirá-los do triste acampamento onde haviam perecido ás dezenas...

UM CASO TRISTE

A referencia ao entusiasmo de que se achou possuido o Exército com a chegada de Barbacena nos faz lembrar um triste caso.

Contou-nos um distincto diplomata patriótico, que estivera em Buenos Aires, ter aí em palestra a respeito da jornada de ITUZAINGÓ, ouvido um cavalheiro argentino dizer que «o Exército Brasileiro, que na mesma pelejou, era composto de negros escravos, portuguezes transfugas e mercenários alemães».

Na verdade o nosso exército tinha taes elementos, mas não de todo. O número de escravos não era tão grande e não era apenas esse o elemento nacional com que contava, pois havia alguns milhares de gaúchos, cheios de entusiasmo e, caboclos dos sertões do Norte, possuidores de ardor e valentia, como provaram os infantes de Callado, além de outros, filhos das demais provincias, homens de todas as classes sociaes. Quanto aos portuguezes transfugas, talvez se referisse aquelle cavalheiro, a um punhado de officiaes que, tendo nascido em Portugal mas que, por occasião da nossa independencia, já se achavam no Brasil há muitos annos, adoptaram o nosso país como sua nova patria, servindo-a dedicada e lealmente, taes como, entre outros o general Fellipe Nery de Oliveira e o immortal João Chrisóstomo Cal-

lado. Os alemães mercenários eram cerca de 580 soldados dessa nacionalidade, dos quaes 80 pertenciam ao esquadrão e os restantes ao 27.º batalhão de caçadores; todos elles derramaram generosamente o seu sangue juntamente com os brasileiros. Entre esses alemães, havia officiaes de reputado valor e illustração, taes como o marechal Gustavo Henrique Braun, o tenente coronel Antonio Adolpho Sewelloh, o capitão Von Hoonholtz, e muitos outros.

O ESFORÇO DE BARBACENA

Barbacena, já no theatro da guerra, continuava a lutar com a má vontade dos dirigentes e a inépcia do Conde de Lages, ministro da guerra. D. Pedro, por uma questão de honra, como já dissemos, fazia questão de manter essa guerra e, no entanto, o seu secretário dos negocios da guerra não saía da sua inercia revoltante.

Em seguida, vimos o trabalho penoso que teve Barbacena para reunir os elementos que se achavam dispersos, afim de, então, enfrentar o inimigo que se apresentava poderoso.

Depois de 11 dias de árduos trabalhos decorridos no acampamento do Livramento, espaço de tempo esse bastante curto, mas no qual elle transformou o núcleo desorganizado, em Exército, cheio de entusiasmo, iniciou-se a brilhante marcha para Bagé, onde se iam oppôr ás forças nacionaes á marcha invasora do território brasileiro. Durante essa marcha foi que, percebendo Barbacena que o seu adversario visava bater, por partes, as nossas forças e, em seguida, executar a invasão do Rio Grande, burlou Alvear, com extrema sagacidade: expediu, sem perda de tempo, ordens a Braun para que se lhe viesse reunir com as suas forças; isso foi feito, como vimos, dando-se tal reunião no dia 5 de Fev. de 1827, o que fez Alvear referir entusiasticamente á habil manobra do seu adeversario. (*Leia-se, a propósito, o que o mesmo diz em sua Exposição*).

O chefe argentino viu o seu plano completamente mallogrado, isto é, «bater Barbacena antes da sua reunião com Braun, o que teria facilmente conseguido, se a reunião das nossas forças se tivesse retardado seis horas». Isso seria para nós o completo aniquilamento e irreparavel desastre. Mas tal não se deu. Por que? Graças apenas á sagacidade do Marquês de Barbacena, que nessa occasião se revelou um grande estrategista; mostrou-se de tèmpera napoleónica.

Uma vez conseguido o seu objectivo, que era aquella reunião, Barbacena foi collocar-se na magnífica posição das Palmas, esperando pelo inimigo, que viera, com extrema rapidez, no intento de batê-lo, estacando, por fim, a 6 léguas do nosso exército, sem animo de atacá-lo, pois via que esse se achava em soberbas posições e que o terreno era improprio para a manobra da sua numerosa cavallaria.

Com o seu plano completamente burlado, Alvear se desnortou... Qual o recurso que lhe restava? Ou estacar, firmando-se no terreno, ou então iniciar uma retirada real ou simulada, atraindo o nosso exército para o interior. Foi o que fez: «executou uma hábil retirada».

A RETIRADA DE ALVEAR

Retirou-se Alvear, esclarecendo a sua situação... Marchava para São Gabriel.

Barbacena, apesar de ter forças inferiores em effectivo, deixou sua óptima posição das Palmas e saiu em busca dos argentinos. Para que o seu plano fosse plenamente coroado, lançou contra elles a cavallaria divisionária de Bento Manoel, que desde a noite de 3 de Fev. estava encarregada do que hoje chamamos «serviço de exploração».

Accusou-se Barbacena como culpado do grande erro duplo, isto é, da morosidade da sua anterior marcha de guerra (!!!) e da sua imprudência em não haver realizado a reunião de uma parte da sua força (destacada para direcção differente) mas em condições de se reunir numa acção decisiva.

Quanto ao primeiro «erro» — é uma accusação infundada e injusta.

Quanto ao segundo — foi um erro, não de Barbacena, e sim de um seu subordinado, que sempre mostrou manifesta má vontade para com elle.

MOROSIDADE!

Se a marcha de Barbacena fosse morosa como se disse, São Gabriel não teria sido livrada do incêndio ateadado pela gente de Lavalleya, graças á nossa vanguarda, que quase alcançou a retaguarda das forças de Alvear.

Morosidade!...

Vimos o seu rápido novimento com o objectivo de operar a junção com as forças de Braun — (as da esquerda) — separadas das da direita por mais de oitenta léguas, o que desconcentrou o General argentino, que fez mandar, em seguida a retirada das suas forças para o interior da provincia, procurando o valle do Santa Maria. Barbacena seguiu em perseguição, apesar de mais fraco em effectivo, munições e material, até esbarrar em frente ao inimigo, que tranquillamente o esperava em posições escolhidas, próximo ao passo do Rosario.

Em conselho, ficou deliberado, que o Exercito atacaria incontinenti as tropas de Alvear, apesar de occuparem estas magnificas posições e terem effectivo superior ao nosso.

Durante a peleja, por varias vezes, viu Barbacena a victoria coroar as suas tropas... E sabido que, pelo menos por duas vezes, o inimigo pensou em retirada durante a acção.

BARBACENA, VERDADEIRO GENERAL

Durante o desenrolar das operações, demonstrou Barbacena possuir todas as qualidades de um verdadeiro general: calmo, bravo, reflectido. Foi forçado a ordenar a retirada, pois com tão diminuto effectivo se via impossibilitado de empregar reservas, porque de tal maneira não podia recorrer aquelle meio — ao passo que o inimigo, a todo instante, delle lançava mão, em vista do seu effectivo ser quase o dobro do Exercito Brasileiro.

Como fizeram falta a Barbacena os excellentes 1.200 cavallarios de Bento Manoel, que, surdo ao troar dos canhões, premeditadamente se deixava ficar onde se achava desde a véspera da batalha, apesar de alguns de seus officiaes, entre os quaes o Cmt. do 23º Regimento de Cav., insistentemente lhe pedir que fosse em auxilio de seus bravos patricios, que durante tantas horas, se batiam, num desespero patriótico, para salvar a honra do auri-verde pa vilhão... E teria Bento Manoel tempo de sobra para vir em auxilio de Barbacena e transformar os resultados da batalha numa esplendida victoria brasileira... Estava elle distante do grosso do exército apenas 6 léguas castelhanas. Se viesse, teria feito o que fez MacMahon em Magenta, ou Dessaix em Marengo... Mas elle preferiu ter procedimento identico ao de Gouchy, o qual, também surdo ao troar dos canhões, não attendeu aos rogos de seus officiaes que lhe pediam para ir em auxilio das águias napoleônicas, que com tanta gloria estavam sendo derrotadas em WATERLOO!...

Gouchy assim agiu, dizia elle, «em cumprimento á ordem de NAPOLEÃO, que lhe dera a missão de perseguir e, em seguida, ficar observando o movimento dos prusianos». Ao passo que Bento Manoel, como diz o Exmo. Sr. Dr. Leopoldo de Freitas, se agiu daquella maneira, foi premeditadamente, em vista da sua antipathia por Barbacena.

A RETIRADA

O nosso generalissimo de 1827 resolveu, de repente, a retirada do campo de batalha, em vista principalmente do incêndio ateadado no mesmo por Lavalleya.

Barbacena desejava firmar-se no campo com o restante do seu Exercito, e o faria se não fosse aquelle incendio.

A primeira divisão já tinha cumprido a ordem de retirada, enquanto a segunda ficou algum tempo resistindo aos violentos ataques da cavallaria argentina. Aquella divisão estava reduzida a menos de 2.000 homens, mas o seu commandante, o general Callado, fazia frente a forças cinco vezes superiores ás suas, e soube, sempre bravo, manter o legado de seu passado glorioso na guerra de 1801 contra a Espanha, na da Península e, depois, contra o glorioso libertador ARTIGAS e ainda na da nossa Independência.

A retirada do nosso Exercito teve o fulgor de uma victoria, pois, tendo Alvear ainda fortes destacamentos não fez uma perseguição em regra ao adversario.

Como foi sublime a retirada da infantaria de Callado, que o fez, formada em quadrado! Durante a retirada, Barbacena, em pessoa, por mais de uma vez, apeou-se do seu cavallo e elle proprio ajudou a fazer rodar canhões que se atolavam!...

O inimigo tentou iniciar a perseguição, lançando para isso alguma cavallaria e alguns batalhões de caçadores, tudo composto de tropas frescas. Bastou, porém, que, por ordem do Commandante em Chefe, fosse mandada uma cortina formada por uma linha de atiradores: — foi mais que o sufficiente para afugentar o inimigo, que não mais pensou em perseguições...

Que victoria é essa em que o inimigo, além de não ter feito uma perseguição aos retirantes, tendo elementos para isso, ainda por cima não permaneceu co campo de batalha, pois quase no mesmo instante se retirou?

Essa «victoria» (SIC) dos argentinos e orientaes, perdeu muito de seu valor, pois não foi decisiva.

CONCLUSÕES FINAES

Finalmente logo após a batalha, assim como ainda por muito tempo depois, foi o Marquês de Barbacena victima da injustiça e do esquecimento... Clamou-se contra elle, assim como se clamava contra D. Pedro I; houve até quem dissesse que Barbacena, não estivera na altura da missão da qual fôra incumbido.

A imprensa sem medir consequências futuras, accusou fortemente a Barbacena... Desse juizo momentâneo da mesma imprensa opposicionista, é que se fez a critica das operações dirigidas por Barbacena, assim como de sua acção. Também na mesma occasião fazia-se accusações e criticas a Alvear. Sobre isso leia-se entre outros documentos, o nº de «La Atalaya» de 15 de Nov. de 1827. Alvear também não foi muito feliz pela «sua victoria» pois em consequencia a sua conducta na batalha teve que responder a um conselho de guerra.

Barbacena, quando acceitou a espinhosa missão que lhe confiara o Imperador, viu logo o pêso da cruz com que ia arcar; acceitou-a resignado, vendo o sacrificio a que se ia condemnar em amor á Patria. Só o sentimento do patriotismo e a consciencia do dever o induziram a não declinar da ambição de tal commando.

As paixões da época concorreram para que Barbacena, fosse accusado da maneira que foi... E' necessario que seja feita a completa reavindicação á memoria do nosso generalissimo de 1827.

Por que tem estado elle de todo esquecido? — Será por não ter sido de todo feliz

em 1827? — Perguntamos nós: — Acaso Osmam-Pachá foi victorioso em Plewna? — No entanto a Historia lhe rende homenagens como heróe, sendo elle o orgulho de seus compatriotas — os turcos.

E STOEESSEL foi vencedor em Port-Arthur? — Apesar de em sua Patria ter que viver da caridade publica, em vista de ter sido mal recebido pelos demais generaes russos, que commodamente durante a guerra se achavam em S. Petersburgo, — a Historia lhe rende as mais merecidas homenagens de heróe.

O almirante RODJESTEVENKY, conduz a sua esquadra «AO CAMINHO DO SACRIFICIO», vindo por fim a soffrer gloriosa derrota, é porém até hoje lhe rendidas as homenagens de horóe.

Com Barbacena passou-se cousa differente... Mal terminou a guerra, elle foi victima da grita pela imprensa opposicionista, no Parlamento e por tudo que era adversario de D. Pedro I... Como já dissemos, foi desse juizo de occasião, que se escreveu sobre a guerra de 1827, assim como sobre a acção de Barbacena.

Foi preciso que surgisse o illustrado patriota que é o Dr. Antonio Augusto de Aguiar, que com sua magnifica e grandiosa publicação, veio prestar áquelle general a primeira homenagem que desde então se lhe rendeu... Nada mais se fez...

O Dr. Aguiar com sua obra patriotica resgatou o que tão injustamente se disse do nosso generalissimo de 1827... como também prestou um grande serviço á Patria.

A' mocidade militar a quem recaia responsabilidade do futuro de nossa Patria, compete levantar do olvido a memória de alguns dos nossos heróes esquecidos entre os quaes está o legendario Marechal Joaquim Xavier CURADO, o nosso generalissimo na campanha contra o glorioso libertador oriental ARTIDAS, que tal como Barbacena, foi tão grande estadista e general.

Pensamentos . . .

Es por eso que los ejércitos alentados por un ideal realizaron siempre maravillas de valor y abnegación.

Lo contrario ha ocurrido con los ejércitos en que el favoritismo y la ausencia de todo noble estímulo mató el ideal.

La victoria, como premio del esfuerzo de los buenos servidores del país y la prevision de sus gobernantes.

La derrota, como el castigo fatídico de la indolencia de todos; como una severa lección para los pueblos sin ideales.

El patriotismo es accion y no verbo; fuerza ejecutiva y no sentimental platonismo.

(Cel. Smith — Ex. Argentino).

“SUGGESTÕES”

PROGRAMMA RODOVIARIO

Com encomios louvaveis noticiaram os jornais desta Capital Federal haver o governo concedido um credito de *mil contos* para a construcção de estradas de rodagem.

E' uma gotta d'agua no oceano das necessidades, não obstante representar, mesmo assim, um gesto notabilissimo.

Felismente, tambem, não é um acto isolado e de significação relactivamente pouco importante: pode ser enquadrado nas grandes esperanças que nos trouxeram os homens do governo actual, e que ainda perduram, embora espiritos soffregos comecem a descrever do valor pratico desses homens, por não verem desde já grandes medidas e largos gestos.

Somos mais calmos e acreditamos que immensa deve ser a energia despendida e a despende ainda, *no repor a ordem*. A ordem é o primeiro elemento e o primeiro passo do progresso e obte-la representa algo de substancioso. Não basta, porém, ao nosso estado actual de retardamento. Não precisamos mesmo de uma *absoluta ordem* e uma *ordem relativa* é sufficiente.

Nós precisamos é de progresso e de progresso rapido; pelo menos, até atingirmos um nivel em que nos seja possivel respirar pausada e descansadamente, tendo o nosso *logar ao sol* e tambem á sombra de uma boa segurança. Para isso é preciso fugir tanto á uma *ordem rotineira* embora emphatica, como á uma agitação confusa e improductiva.

Em resumo, a situação exige uma *ordem relativa* e um *progresso célere*. Este *progresso célere* pode e deve ser obtido por um methodo de trabalho rigorosamente intelligente e que sendo bem estabelecido saberá atacar ao mesmo tempo os pontos essenciais.

Ora, todo mundo falla em rodovias e a aspiração popular está bem defenida e justamente orientada. Vê-se-o claramente num programma publicado para os trabalhos do *Congresso de estudos de rodagem* e nos reclamos e réclames dos jornais. Mas o governo, com o seu louvavel gesto é que parece um pouco perturbado com a voseria dos patriotas. E' o facto

que publicam os jornais — os *mil contos* vão ser applicados na estrada Rio-São Paulo — o que denuncia ou uma falta de programma ou um programma imperfeito.

Essa estrada muito interessante para o *turismo* e os seus beneficios indirectos, tem economicamente e militarmente, ainda, *no momento presente*, uma importancia de terceira ou quarta ordem.

Outras ha mais favoraveis ao desenvolvimento de nossas riquezas e sobre tudo á garantia dessas riquezas.

A *Rio-São Paulo* é agora ainda, uma obra de luxo e que lisongeará a nossa vaidade, mas que pouco vae contribuir para a nossa defesa e desenvolvimento militar, como para o crescimento economico. Nestas paragens do Brasil, *por enquanto*, satisfaz conservar e desenvolver um pouco o que existe, mas conservar desde já e desenvolver depois.

Os que pugnam por essas obras e por outras como o ramal ferroviario S. Paulo-Santos, embóra não possam ser encoimados de falta de patriotismo, podem ser accusados de patriotismo pouco *bisbilhoteiro*. Se assim não fosse haveriam de sentir que todos os esforços devem ser empregados em desenvolver: primeiro, as communicações interiores para o sul; segundo, as communicações interiores para o Norte. O centro merece muita consideração mas tem, por enquanto o bastante economicamente e, no ponto de vista militar, demais, porque ficando isolado, seus recursos de nada valem.

Com estas considerações queremos sugerir a necessidade de um programma explicito e detalhado, na ordem de ideas que espendemos, programma que para ser comprehendido e obter os concursos unanimes deve ser *intelligentemente* divulgado e propagado; programma esse em cuja execução *todos os esforços* devem convergir.

Essa necessidade é palpavel porque dos projectos apparecidos vemos muitas linhas penetrarem os sertões do N. e do NO., vemos recortarem-se as caatingas e desertos do NE., mas o rico e prospero sul, o formosissimo e *multissimo* importante sul, importante para todos por si só, quanto ou mais que todos juntos para elle, fica apenas tratado em segundo plano.

Si a má sorte fisesse desabar nesta America uma guerra, o perigo maior veria do sul e para o *Brasil todo*, seria muito mais interessante, mesmo por egoismo, ir *brigar lá* que esperar a *briga* aqui. Mas para isso é preciso ter como chegar lá e *como viver lá*. A importancia economica, o desenvolvimento dos estados sulinos atesta; a militar resalta deste simples raciocinio que *Jéca* não fará porque terá talvez que desacocorar-se. As estradas d'aqui estão mais perto...

X.

— ESCOLAS PARA OFFICIAIS —

Vimos em numero do anno passado, nesta secção, uma «sugestão» bastante aceitavel sobre a organização da E. A. O. sobretudo no referente á tropa a disposição desta para as demonstrações practicas e treinamento dos officiaes.

Alem disso, fallava-se muito ultimamente na organização definitiva da E. P. C. que assim perderia o p.

No entanto, as aulas estão ahi a serem abertas e não houve evidentemente pressa em se disporem as cousas para que as escolas pudessem funcionar como devem funcionar, isto é, ensinando de facto e de um modo completo, como seria para desejar.

Parece ser uma verdade que um ensino falso ou uma apprendisagem incompleta é quasi sempre mais prejudicial que util, por que dá a falsa presunção do saber, o que é na guerra perigosissimo.

Nossa «sugestão» é a esse respeito multiforme: ou não se abrem as escolas enquanto não puder o ensino ser perfeito; ou se abrem e neste caso tratar-se-á de dota-las de tropa aparelhada o mais cedo possivel; ou, si isto não for possivel obter até uma certa época do anno, os actuais alumnos terão sua matricula trancada e recommearão para o anno novamente seu curso, desde que tenha sido possivel conseguir o aparelhamento conveniente.

O que não parece muito util é atamancar, levar a cousa de qualquer modo e crear uma illusão a mais neste mundo de illusões.

Disem-se cousas muito fagueiras a respeito do que ha projectado mas o facto é que as aulas estão ahi e de concreto, nada se vê feito.

O *fechamento provisório* das escolas traria a vantagem de ao menos deixar o pessoal nos corpos. A falta que ahi fariam sempre seria recompensada pelo acrescimo de saber que levariam; mas, se este saber não é garantido, o melhor será deixar cada um em seu lugar até que as cousas possam ser bem feitas. Y.

UMA NECESSIDADE URGENTE

Acreditando no *amor ao trabalho* e tendo *jé na victoria*, continuamos a esperar confiantes que dentro em breve haveremos todos de sentir grandes mudanças. Acompanhamos por isso com interesse o nosso renascimento militar cujos primeiros symptomas pensamos vêr manifestados em varias partes.

Quando mais não fôsse, bastariam os reflexos destas paginas da «Defesa Nacional» scintilantes e animadores, para que nos enchessemos de *jé* e *amor ao trabalho*. Ha, porém, mais. Vê-se nos *quadros* um certo movimento, movimento que tem uma physionomia differente dos anteriormente havidos. Ora, isso faz crêr que se pensa nos *quadros* e pensar n'elles, sem pensar nos que os enchem, é já uma grande cousa.

Não conhecemos programmas, porque não os vimos publicados nem denunciados em nenhuma parte, mas é logico e de *bom tom* admittir que o problema dos *quadros* começa a ser atacado.

Oxalá, seja-o methodica, energica, decisa e ininterruptamente, e que estes *movimentos* actuais se propaguem indo até á *nova lei* e aos *novos processos de promoções*. Nós, porem, não cremos nos milagres de uma lei nova. Tais podem ser os tropêços por ella encontrados que seus resultados fiquem annullados ou reduzidos á metade.

Para que isso não aconteça é necessario um trabalho preparatorio sobre os proprios quadros; trabalho esse que deve produzir resultados praticos interessantes e *sobre tudo effeitos morais*, dando aos *quadros* a impressão de que os tempos são novos e que são necessarios costumes novos.

Esse trabalho poderia começar por uma revisão dos *empregos* os quais podem ser em alguns logares reduzidos a 1/5 e, onde as exigencias do serviço re-

damam de facto, á metade. A vida nas repartições é deveras folgada e constitue uma injustiça para os que labutam nos corpos. De outro lado, os *Collegios Militares* absorvem uma officialidade numerosissima sendo a sua *instrucção pratica* um brinquedo de soldado muito caro.

A artilharia, a cavallaria, cyclistas etc. ahi não se justificam evidentemente. Ora, reduzir ahi a *instrucção pratica* ao essencial: gymnastica, tiro e cousas praticaveis e que frutifiquem, será economisar grande numero de brilhantes officiais. Que fazem ahi tantos subalternos, capitães etc?

Com esse trabalho conviria reajustar os *cargos* aos homens. E' conhecido de a grande barreira que certos elementos formam ao progresso, em certos postos, *por falta de vocação*. Muitas vezes uma apparencia brilhante encobre a maior negatividade, muito embora o proprio possa não se aperceber.

Certamente que cada um defendendo sua seára, muitos protestos e muitos argumentos hão apparecer contradictando

uma orientação traçada dessa forma. Isso, porém, será facil avaliar em seu valor-real desde que a nestes se exija a conciliação do seu interesse com o *interesse geral e com os recursos*.

Seria, portanto, um trabalho util e productivo começar a reforma dos quadros por uma revisão nos encargos e seu *preenchimento*.

Dando preponderancia á tropa e aos E.M. para a destribuição dos officiais e ás escolas, Escola Militar e escolas para officiais, os outros logares que actualmente são preenchidos por officiais combatentes poderiam passar a ser por officiais reformados. Mesmo arbitrando para estes uma gratificação especial, haveria economia em face das tabellas novas de vencimentos.

Alem d'isso uma revisão nos *encargos* de um modo completo haveria de mostrar, que as necessidades em officiais são menores do que parecem. Esta é a nossa suggestão.

Z.

Capacidade creadora

(Reflexions sur l'art de la guerre - Gen. Serrigny)

«Um chefe, em rigor, não precisa ter ideias. Basta-lhe saber julgar do valor das ideias que se lhe proponham».

«Formulada dessa maneira, essa sentença raia pelo paradoxo; é preferivel, evidentemente que um chefe tenha ideias. Nenhum pôde pretender, entretanto, sobretudo quando sua cathgoria se eleva, que todas as ideias que lhe são necessarias saiam de seu cerebro. Quanto mais alto um chefe, mais seu campo de acção augmenta, mais seu tempo de reflexão diminue, mais numerosos são os que lhe trazem ideias, mais larga deve ser a intervenção de seus collaboradores. A arte do grande chefe, a arte suprema é, em verdade, saber fazer a escolha entre suas proprias ideias e as que lhe são apresentadas; é possuir a presciencia dos resultados que se pôdem tirar de algumas dentre estas; é saber perseverar na applicação da ideia accerta, custe o que custar. Essa previsão longinqua é obra da imaginação, constitue, verdadeiramente o genio.

O Gen. Estienne foi genialmente inspirado quando, em Julho de 1915, trazendo a Châlons a um de nossos maiores chefes o seu projecto de criação dos carros de assalto, exclamou:

«Apercebei-vos de que é com isso que venceremos a guerra».

O Marechal Pétain teve igualmente a inspiração creadora quando collocado a testa dos

exercitos francezes, prevendo os ataques de Maio e Julho de 1918, ordenava a suas tropas o estabelecimentos de suas posições de resistencia alguns kilometros a rectaguarda do «front», afim de fazer cahir no vasio a colossal preparação de artilharia de nossos adversarios.

Como se teriam gerado essas ideias no cerebro desses homens? Seria para um, lendo um prospecto de arados americanos ou fumando um cachimbo? Seria para o outro, conversando com seus officiaes ou examinando uma carta? Evidentemente seu conhecimento da situação militar e dos meios technicos e seu bom senso os guiaram nessas decisões, mas sómente a imaginação lhes mostrou os resultados incalculaveis a attingir com ellas.

Ninguém deve pois chegar aos altos postos *sem que possua a capacidade creadora*. Faz-se necessario em tempo de paz estudar a fundo as possibilidades de nossos officiaes a esse respeito, de procurar desenvolvê-la em tempo util, isto é, fazendo, nos postos intermediarios, as selecções necessarias.

Tactica na carta

Exemplo de um golpe de mão apoiado por Artilharia ⁽¹⁾ na Carta da Villa Militar — 1/10.000

Pelo 1.º Ten. Rodolpho Jourdan.

Situação Geral: Um partido Vermelho do Sul, após uma série de pequenos engagements, é detido pelo partido Azul do Norte, na linha geral... M.º da Pavuna — M.º do Tereré — M.º da Pedra Raza — M.º do Miguel...

Situação Particular: A 1.º de Março, a 1.ª D.I. enquadra por outras unidades, tem o seu 1.º R.I. em contacto com o inimigo na linha acima balizada nos limites constantes do calco n.º 1.

Este 1.º R.I. mantém 2 Btls. em 1.º escalão e 1 em 2.º escalão como reserva (vide calco).

Na tarde do dia 3, recebe o Cmt. do R.I., do Cmt. da D.I., por intermedio do Cmt. da 1.ª Bda. I., uma ordem secreta de preparar em sua zona de acção, um golpe de mão para capturar prisioneiros, afim de serem obtidas algumas informações que o Cmdo. necessita para futuras operações. A ordem prevê a execução desse golpe para o dia 8 ou 9.

As informações obtidas até então, quer pela Aviação (reconhecimentos photographicos e a vista), quer pelos observatorios terrestres do sector inimigo deante ao 1.º R.I. são em resumo as seguintes:

Terreno accidentado, linhas de defesa bem aproximadas, sector relativamente calmo. O M.º da Pedra Raza apresenta varias garupas orientadas para o Sul, das quaes a da direita á NO. da Colina Manuel Dias, é a que melhor se presta para um golpe de mão, por ser um saliente mal protegido por sua Artilharia, em vista de sua forma, apresentando alem disso as defesas accessorias algumas falhas, podendo ser bem observado de nossas linhas.

Está realmente occupado, demonstrando suas tropas um cansaço talvez motivado pela não substituição.

As photographias desse saliente revelam o seguinte:

(1) Vide as notas sobre «Golpe de Mão» do mesmo auctor e inseridas nos «Subsidios para os Quadros de Reserva» e trecho de carta na pagina 3 da capa.

Uma 1.ª linha de trincheiras, parecendo defendida por pequenos postos (P — 1, 2 e 3).

Uma 2.ª linha a uns 80 ms. a retagarda, ligada por 3 normaes.

Uma 3.ª linha a uns 100 ms. a retagarda da 2.ª ligada as duas primeiras por uma normal central.

Mtrs. em actividade (vide calco) flanqueando o saliente.

Numerosas entradas parecendo ser de abrigos.

Rede de arame, relativamente estreita, na frente da 1.ª e 2.ª linhas de trincheiras.

Pontos perigosos á tropa atacante no M.º da Pedra Raza (P) e na cota 50 (Q) de onde poderão actuar effizamente fogos em flanqueamento.

Após um estudo na carta e de um reconhecimento minucioso no terreno com os Cmts. de Btls. o Cmt. do R.I. verifica que realmente esse saliente é o melhor ponto para ser executado o golpe de mão, e então toma a decisão de atacá-lo, necessitando porém para isso de um forte apoio de Artilharia e de alguns dias para o sufficiente treinamento da tropa a atacar.

Nestas condições, dirige ao Cmt. da D.I. um projecto de como pensa executar a missão e segundo as necessidades os meios em Artilharia que serão precisos para neutralisar os órgãos de fogos adversos, para formação da caixa, para bater certos pontos perigosos, etc.

A 5 pela manhã recebe o Cmt. do R.I. uma mensagem, dando como acceto o projecto e pondo a sua disposição para essa operação os 2 Grs. 75 M. que já o apoiavam e mais 1 Gr. de 155 curto em posição..., marcando a jornada de 9 para a execução do golpe, ficando a C/Bia. a cargo da Divisão.

Nestas condições, o Cmt. do R.I. de accordo com os Cmts. de Btls., entra em entendimento para a escolha da Cia. e o processo do treino necessario. Desse entendimento sahem as bases para estabelecer o seguinte plano de engajamento:

PLANO DE ENGAJAMENTO

1.º) — A 4.ª Cia. do III.º Btl. (reserva) executará no dia 9 (nove) a hora H. (a determinar ulteriormente) um golpe de mão sobre o saliente a NO. da Colina Manuel Dias.

Missão: capturar prisioneiros; fazer saltar as entradas de minas e operar as destruições que julgar uteis.

2.º) — Dispositivo de ataque: Três columnas de assalto, devendo cada uma deixar na base de partida, como reserva, no mínimo 1/2 Pelotão.

a) — Columna da esquerda: reunião em Y., penetrará nas linhas inimigas em E. compreendendo:

Grupo de barragem n.º 1: (1 sargento e 5 homens) em A.

Grupo de barragem n.º 2: (1 sargento e 5 homens) em B.

Grupo de limpeza n.º 1: (1 sargento e 5 homens) da trincheira E-D.

Grupo de limpeza n.º 2: (1 Ten. e 5 homens) da normal E-C.

1 homem portador da escada.

1 homem portador do alicate.

1 equipe de F.M. (1 cabo — 1.º municiador e o fuzileiro) tomará posição mais ou menos em E. para proteger o recuo.

Total: 1 official — 3 sargentos — 1 cabo e 24 praças).

Reserva: o restante do Pelotão (32 homens) na base de partida em Y.

b) — Columna do centro: reunião em X., penetrará nas linhas inimigas em D. compreendendo:

Grupo de barragem em F. (1 sargento e 6 homens).

Grupo de limpeza n.º 1: (1 sargento e 4 homens) na trincheira G-C.

Grupo de limpeza n.º 2: (1 official e 6 homens) na trincheira G-H-O.

1 homem portador da escada.

1 homem portador do alicate.

1 grupo de F.M. (1 cabo — 1.º municiador-Fuzileiro) tomará posição mais ou menos em D. para proteger o recuo.

Total: 1 official — 2 sargentos — 1 cabo e 20 praças).

Reserva: o restante do Pelotão na base de partida em X.

c) — Columna da direita: reunião em W., penetrará nas linhas inimigas em L. compreendendo:

Grupo de barragem n.º 1: (1 sargento e 5 homens) em K.

Grupo de barragem n.º 2: (1 sargento e 5 homens) em J.

Grupo de barragem n.º 3: (1 sargento e 6 homens) em I.

Grupo de limpeza n.º 1: (1 official e 6 homens) na trincheira M-G.

Grupo de limpeza n.º 2: (1 sargento e 5 homens) na trincheira L-D.

1 homem portador do alicate.

1 homem portador da escada.

1 equipe de F.M. (1 cabo — 1.º municiador e o Fuzileiro) tomará posição mais ou menos em L. para proteger o recuo.

Total: 1 official — 4 sargentos — 1 cabo e 31 praças).

Reserva: o restante do Pelotão na base de partida em W.

d) — Lugar do Cmt. (Official) marchará com a Columna do centro, tendo a seu lado um corneteiro, mantendo-se no ponto D. durante a execução do *raid*

3.º) — Ligações:

a) — entre as columnas: deverão ser estabelecidas nos pontos (pelas parallelas) C., D. e O., G., D.

b) — Sinaes: O desencadeamento dos tiros de Art. marcará a hora H. (início do ataque).

Ordem de recuo — foguete fumaça amarella e toques de corneta repetidos.

Fim da operação — Foguete 5 estrellas vermelhas.

Uma linha telephonica deverá ser puxada até a base de partida em X.

- 4.º) — Fardamento — equipamento e armamento: o mais leve possível, sem distinctivo de especie alguma, material e armamento, o apropriado para taes operações e de accordo com as missões proprias de cada homem.
- 5.º) — Collocação na base de partida: deverá estar terminada a H-30'.
Dia 9 (nove). Hora H. á fixar ulteriormente.
- 6.º) — Serviço de saude: feito por intermedio do I.º Btl., devendo ter em cada ponto de partida da base de partida (X, Y, W) 1 enfermeiro e 4 padioleiros, fornecidos os que faltarem pelo S. S. do R. I.
- 7.º) — Prisioneiros: deverão ser conduzidos dos pontos X, Y e W, pelos elementos dos Pelotões ahi em reserva para o Official de informações do R. I.
- 8.º) — Plano de emprego da Artilharia:
 - A) — A verdadeira caixa será effectuada por 3 Bias. de 75. M.
 - B) — Tiros sobre a trincheira em P. por 1 Bia. 75 M. e 1 Bia. de 155 c.
 - C) — Tiros sobre a trincheira em Q. por 1 Bia. 75 M. e 1 Bia. de 155 c.
 - D) — Falsa caixa em T. por 1 Bia. de 75 M. e 1 Bia. 155 c.

Horario:

A hora H. — desencadeamento dos tiros de 75. M. nas duas caixas.

H mais 1 minuto — desencadeamento dos tiros em P. e Q.

Cadencia para o 75. M.:

H mais 1' á H mais 3' 5 t/p/minuto.

H mais 3' á H mais 7' 3 t/p/minuto.

H mais 7' á H mais 10' 4 t/p/minuto.

H mais 10' á H' 1 t/p/minuto.

(até o signal *terminada*).

Plano de emprego das Mtrs. e Ptrs.

Acompanhamento:

- a) — O Pl. Mtrs. L. do I.º Btl. tomando posição nos Morros de Oratorio e Santinha actuarão sobre as trincheiras em P. e nas encostas E. dessa garupa de modo a flanquear a esquerda da columna de assalto da esquerda.
O Pl. Mtrs. L. do II.º Btl. actuará sobre as encostas O. do M.º do Tereré e no valle da estrada de ferro que vae a Costa Barros.
O Pl. Mtrs. L. do Btl. reserva tomará posição na colina Manuel Dias de modo a poder actuar sobre a cota 50 (trincheiras em Q.) e na ravina entre essa cota e o saliente á atacar, de modo a flanquear a direita da columna de assalto da direita.
 - b) — Os Canhões 37: do I.º Btl. tomarão posição no M.º do Oratorio e os do II.º Btl. na Colina Manuel Dias, promptos a actuarem sobre as Mtrs. que se revelarem no decorrer da operação.
 - c) — Os Stokes. tomando posição (vide calco) completarão a caixa da Artilharia actuando nas zonas...
 - d) — Abertura do fogo: logo que a Artilharia faça-se ouvir.
Cadencia para as Mtras. 200 t/p/minuto.
- Plano de emprego da Engenharia:
Uma equipe de 1 sargento e 4 sapadores acompanhará as columnas de assalto afim de proceder as destruições que acharem necessarias.
- (Ass.) Cel. Cmt. do 1.º R. I.

Conceitos de Le Bon

— Guilherme II, em suas *Memorias*, escreveu verdadeiro tratado da guerra e da paz em duas linhas quando diz que um povo deve estar armado em terra e no mar o bastante para criar em seus adversarios o medo do risco. Com effeito; é raro que alguém se permita atacar os fortes, do mesmo modo que, em regra, os fracos vivem constantemente ameaçados.

— Desde as origens da historia, as relações entre povos fracos e fortes tem sido exactamente as da caça e do caçador.

— A ideia acaba, ás vezes, por dominar o canhão, mas privada da protecção do canhão ella perde a expressão de sua força.

— No estado de desequilibrio do mundo actual, o termo desarmamento é synonymo de servidão.

Subsidios para os quadros de reserva

Golpe de mão

(Ensinaamentos tirados de diversos livros francezes)

Pelo 1.º Ten. Rodolpho Jourdan

E' uma operação offensiva visando um objectivo pouco afastado, caracterizada pela extrema violencia e rapidez de execução, pelos meios empregados e pela utilização quase exclusiva da surpresa como elemento de successo.

E' prescrito pelo Cmo. superior (Divisão) para responder a uma necessidade bem determinada, isto é, colher informações (documentos ou prisioneiros), fazer destruições ou ainda rectificar a linha, conquistando para isso, alguns pontos de sector inimigo.

Os dois primeiros são geralmente conhecidos por «golpe de mão de vai e vem» e o último por «golpe de mão de occupação».

Essa acção differe do ataque propriamente dito, pelo facto de ser limitado em geral a um objectivo, dependendo as mais das vezes de um golpe de surpresa, sem grandes meios de Artilharia ou mesmo sem nenhuma.

A sua execução, como toda acção de guerra, não é sujeita a esquemas e nem a regras absolutas; depende da situação do inimigo (longamente organizado ou não), do terreno e dos meios disponiveis.

O golpe de mão *de vai e vem*, ainda pode ser ou não apoiado por Artilharia, neste caso, constará de simples acções isoladas de patrulhas contra elementos também isolados do inimigo.

Estudaremos o apoiado por Artilharia, contra um inimigo installado defensivamente, passando em revista os principios que o regem e depois num exemplo na carta da Villa Militar — 1/10.000.

Na execução de uma operação dessa natureza, além das defesas accessorias estabelecidas deante das posições, tem o atacante de soffrir a acção dos fogos em flanco e de mesmo os contra-ataques levados a effeito pelo inimigo.

Os meios para vencer taes resistencias são: a surpresa completa (hora, dia e lugar), a protecção pelo fogo (de Art. e de Inf.), a violencia e rapidez na execução (boa preparação e bastante treinamento).

Os principios geraes que regem a escolha do ponto de ataque, a maneira como se obtém a protecção, assim como as regras que regem a determinação do dia, hora, duração, effectivos, mecanismo e material necessário á sua execução, são os seguintes:

1.º — A escolha do ponto de ataque é a 1.ª coisa a fazer na preparação do golpe de mão, a sua determinação deve ser fruto de um estudo paciente e methodico do sector do inimigo, isto é escolher o ponto do terreno que maiores vantagens offerece, que esteja realmente occupado (pois o objectivo é fazer prisioneiros).

Um estudo cuidadoso, permite delimitar a profundidade do ataque, assim como a zona onde deverá ser feito, isto é, onde as defesas acces-

sorias apresentem facilidades, onde o accesso seja melhor e o espaço entre as duas linhas adversas seja o menor possivel (deve variar entre 40 e 100 ms. não devendo ser menor em virtude de se tornar assim visivel e menor movimento preparativo).

Quando possivel, escolher uma zona que não haja vias de retirada para o inimigo, senão ter-se-á de cortá-la antes que o mesmo consiga escapar-se. Daí escolher-se um saliente que geralmente apresenta as seguintes vantagens: ataque de flanco, facilita cortar a retirada do inimigo, permite isolar pelo fogo do resto das organizações inimigas, facilita a protecção dos atacantes e difficulta ao defensor a utilização de seus fogos não só dos occupantes como também de sua Artilharia, que não pode amoldar a sua barragem á forma irregular do saliente.

Quando esse saliente existe no limite de unidades, deve de preferencia ser escolhido por apresentar a vantagem de se capturar elementos de unidades differentes, além de que, esses limites, são geralmente os pontos mais fracos da defesa.

Uma vez escolhido o ponto a atacar precisa-se levar em consideração a natureza das defesas accessorias existentes; se é necessario destrui-las ou proceder a simples abertura de brechas, ou ainda uma simples transposição por meio de escadas transportadas pelos proprios atacantes.

Essas defesas consistem geralmente em cercas de arame, abatizes, etc., constituindo um serio obstáculo, quando mal estudadas, a toda e qualquer acção offensiva, muito principalmente a desta natureza, em que a surpresa e rapidez são condições basicas. De accordo com as condições, quando preciso, pode-se empregar quer a Art., quer as cargas de explosivos, para destrui-las, ou para aberturas de brechas; quando não, as simples escadas permittem transpô-las.

O emprego da Artilharia (geralmente de 75 M. por exigir precisão, ou de 155 c., quando aquella não pode ser empregada por causa da distancia, desenfiamento ou ainda quando necessario uma destruição completa) além de dispendios (R. E. T. Art. pags. 127 e 128) no ponto de vista munições, denuncia ao inimigo as intenções do atacante, quando não são tomadas certas medidas, o que pode sacrificar e factor surpresa.

O 2.º meio (cargas explosivas) não é aconselhado, por falharem quase sempre, quando não explodem antes do tempo, alertando o inimigo.

Finalmente o 3.º processo, o emprego da tesoura ou alicate, não é aconselhado devido á sua lentidão e perigo que correm os homens encarregados, pois as redes estão geralmente bem batidas pelos fogos dos occupantes.

2.º — Protecção do ataque: consegue-se: isolando o inimigo atacado, reduzindo ao maximo

a acção dos seus fogos em flanqueamento, impedindo quer sua retirada, quer a vinda de reforços, enfim obrigando-o a dispersar seus fogos de Art. e manter-se enterrados em seus abrigos, desde que os atacantes saibam empregar cuidadosamente os seus meios de fogos (Art. e Inf.), mesmo porque quando mal empregados, podem causar serios perigos á tropa atacante, donde ser necessario um meticoloso estudo do sector inimigo (sua vida, seus fogos etc.).

A Art. chamada a cooperar deve ser sufficiente para que se possa executar em curto prazo uma serie de missões (abertura de brechas, c/bia, simulacros de preparação em outros pontos) e a formação de uma verdadeira caixa (enjaulamento) de protecção nos flancos e na retaguarda.

As Mtrs. são especialmente aptas a completar essa acção, actuando nos dois flancos da tropa atacante, batendo as trincheiras que possam flanquear por sua vez o ponto a atacar, estabelecendo dessa forma barragens lateraes bordando o ataque mais perto que os tiros de Art., sem contudo molestar os atacantes.

O effeito moral produzido é formidavel, tendo a vantagem de impedir os flanqueamentos inimigos a céu aberto, como também mascarar aos atacantes o barulho das Mtrs. inimigas. Contra as Mtrs. inimigas que se revelarem no decorrer da acção e que não tenham sido neutralizadas pelos fogos de enjaulamento, serão empregadas Mtrs. reservadas e os Ptrs. Acps. que ficarão em vigilancia sobre a linha amiga.

Quando a Art. é insufficiente para poder neutralizar á inimiga, temos que procurar escapar-lhe o melhor possivel, estudando para isso o regime de suas barragens e os pontos menos batidos, utilizando ao maximo as vantagens que o terreno offerecer.

Desde que porem tenhamos-la em numero sufficiente, poderemos alem de enjaulamento propriamente dito, executar falsas caixas, pondo assim o inimigo na duvida do ponto a ser atacado, devendo porem serem bastantes semelhantes ás verdadeiras, a 1000 ms. mais ou menos destas e fóra do eixo do ataque.

Quando o golpe visar a limpeza de uma zona profunda, em que o ultimo objectivo não possa ser alcançado de um só lance, e si dispuzermos de bastante Art. pode-se empregar uma barragem rolante, differente da barragem de um ataque ordinario, na velocidade, que será maior, devendo-se fixar a 200 ou 300 ms. do objectivo alcançado até que seja terminada essa operação. Tudo regulado por um rigido horario quer para o ataque como para o recuo, o que é possivel por tratar-se de uma tropa de elite e bem treinada nessas operações.

3.º) — Determinação do dia, hora e duração.

O dia, a natureza e a urgencia das informações que se deseja obter dos prisioneiros, da nossa situação particular (linhas approximadas ou não). Um dos periodos criticos do inimigo é justamente o momento de substituições, pois a sua resistencia está naturalmente enfraquecida; um golpe dado nessa occasião é vantajoso por capturarem-se elementos de duas tropas, obtendo-se assim informações quer da retaguarda, quer do proprio sector. Quando a informação desejada visa sómente uma das duas, faz-se a operação antes ou depois da

substituição, o que importa em conhecer perfectamente o regime das substituições adoptado pelo inimigo. Havendo entre as linhas adversas um espaço grande, necessita-se fazer uma aproximação, aproveitando-se para isso a 1.ª parte da noite, realizando-se a execução na 2.ª parte desta ou ao amanhecer, tornando-se a questão da claridade, da phase de lua, etc., um factor importante a considerar.

A escolha da hora tem uma importancia capital, sendo preferiveis os momentos da fadiga, quando a sua vigilancia está naturalmente relaxada.

Se as linhas estão a distancia de assalto, deve-se sempre procurar agir durante o dia, pois como sabemos as acções de noite são difficieis sobre todos os pontos de vista, enquanto que nas de dia, os riscos são muito menores desde que a operação seja bem preparada (flanqueamentos referidos e bem batidos).

A hora depende então das informações fornecidas pelos vigias, da estação, do tempo e das já escolhidas para golpes anteriores, convindo ser ás primeiras horas após o levantar do Sol (quando o somno é mais pesado), durante as horas de refeição, e durante as horas mais quentes do dia ou ainda ao crepusculo vespertino.

Quando porém as linhas acham-se afastadas, há a considerar ainda si o terreno permite ou não mascarar a aproximação. No 1º caso, far-se-á de dia, no 2º, porém, aproveitar-se-á a noite para a collocação na base de partida para o assalto.

Quando o tempo favorece (Inverno, nevoeiro, chuva) ou quando é imperioso executar-se a noite, as horas preferiveis são as da 2.ª parte da noite, quando o inimigo sobre o pêsso da fadiga, frio, somno, etc., relaxa a sua vigilancia.

A duração do golpe depende dos meios que tivermos para fazer a sua protecção. Os elementos inimigos que intervêm são as barragens e os contra-ataques. Os experimentados da guerra européa assignalam o desencadeamento da barragem geralmente 10 minutos após a hora H., dependendo isso aliás do segredo da operação e da natureza do sector inimigo (agitado ou não) e os contra-ataques mais ou menos meia hora após a hora H. Portanto querendo-se evitar ou diminuir o effeito da barragem o golpe poderá durar de 8 á 9 minutos, ou então quando os meios são mais que sufficientes que se possa fazer um enjaulamento perfeito e uma neutralização effizaz sobre todos os órgãos de fogos (Art. do inimigo, o que aliás depende também de um magnifico serviço de informações (para poderem ser todas contra batidas), a duração do golpe poderá ser mais demorada.

4.º) — Effectivos a empregar e natureza da tropa.

Alem das missões de limpeza e destruições que tem a tropa, ella deve cuidar de sua protecção, de sua segurança, de seu recuo, de suas ligações e de seus feridos, daí dever ser fraccionada em várias pequenas columnas de assalto, com sectores bem delimitados e dispoendo de elementos em numero sufficiente para poder cumprir sua missão, mesmo que as outras columnas sejam detidas em meio caminho.

Em resumo a tropa encarregada de um golpe de mão compreenderá:

- A) — Um Chefe (official) com seu elemento de ligação (1 homem por col.)
- B) — Uma ou varias columnas de assalto, comprehendendo cada uma:
 - a) — Um chefe (official subalterno ou sargento).
 - b) — Um ou mais grupos de protecção (1 graduado e 4 ou 5 homens em cada grupo).
 - c) — Um ou mais grupos de limpeza (Idem).
 - d) — Um ou mais grupos de destruição (idem).
 - e) — Uma equipe de F. M. (dois a tres homens).
 - f) — Um homem cortador de arame.
- C) — Para cada columna de assalto devem ficar na base de partida:
 - a) — elementos de reserva, destinados ao remuniamento, a reforçar um ponto contra-atacado, a proteger o recuo da tropa, a enquadrar os prisioneiros, a recolher os feridos ou a propria columna.
 - b) — Um observador prompto a receber os signaes da tropa atacante e transmitti-lo ao Chefe, orientando os homens isolados, os prisioneiros e a propria columna em seu recuo.
 - c) — Elementos do serviço de saude (1 enfermeiro com padioleiros), promptos a receberem os feridos, pensando-os rapidamente evacuando-os para o P. S. mais proximo.
- D) — Quando as linhas são um tanto afastadas é conveniente, ter nesse vazio, um elemento de protecção no flanco exposto ou no ponto de passagem obrigatorio (brechia de rede), protegendo assim a linha de retirada dos atacantes.
- E) — Todos os elementos de fogos (Mtrs., Ptrs. Acp., V. B.) na base de partida ou em suas immedições, ás ordens do Cmt. do Golpe, de mão, promptos a serem empregados.

A organização de uma tropa para um golpe de mão, é uma tarefa bastante delicada, pois além de haver necessidade de uma selecção apurada, os homens deverão ser voluntarios e dotados de treinamento especial. Os quadros deverão ser excellentes no ponto de vista moral e physico, assim como todos em geral devem ser bravos, bons atiradores, bons granadeiros, energeticos, disciplinados, etc., havendo por isso que em cada R. I. tenha-se sempre uma Cia. capaz de uma tal acção.

Elementos dessa natureza só se conseguem se houver um treinamento diario, longo e minucioso, de modo a desenvolver o valor physico, tactico e moral. Para isso, a tropa (elementos seleccionados de todos os Btls) deverá, numa zona relativamente afastada da frente, onde será facil encontrar terrenos variados que lhe permitta executar, exercicios physicos, de tiro e acções de golpe de mão em organizações figuradas e em trincheiras de exercicio.

Os exercicios physicos devem ser diarios principalmente corridas rasas, de obstaculos (rede, fossos, etc.), lançamento de granadas, de modo a dar aos homens resistencia, velocidade e agilidade. Os fuzileiros deverão ser exercitados no tiro em todas as posições e em marcha, assim como a um certo numero de homens deverá ser especializado em effectuar as destruições quer nas redes como mesmo no interior das posições inimigas (preparar as cargas explosivas, transportá-las e pô-las em funcionamento) isto porque sendo elles os que as vão executar, não só tomam mais interesse em aprender, como os resultados são melhores, o que não se dará, si empregarmos elementos de engenharia postos a disposição da infantaria assaltante, salvo quando esses elementos fazem parte integrante dessa tropa. De um modo geral deverão ser instruidos particularmente no aproveitamento do terreno e em serviço de patrulhas, o que lhes dará a cohesão necessaria, a confiança mutua e permitirá ao Chefe, eliminar aquelles que não preencham as condições exigidas para fazerem parte de uma tropa de escol.

As razões por que essa tropa deve ser regimental e não divisionaria, diz o Capm. Jean Callies (*L'Art de faire des Prisonniers*) o seguinte:

- a) — a operação preparada sendo feita pelo R., cada um se interessa por ella.
- b) — as glorias do successo recairão inteira sobre o R.
- c) — Os Cmts. de Cias. darão mais cuidadosamente os bons elementos para constituir essa tropa, do que se ella for formada pela Div. ou Ex.^o
- d) — Se deve haver collaboração entre outras unidades, ella terá entendimento e ligação entre os diferentes elementos que pertencem a um mesmo regimento.
- e) — A tropa de escol será de ordinario estacionada proximo ao P. C. do Cel. Ella achará em geral terrenos de exercicios e estará sufficientemente proximo das linhas de fogo para poder patrulhar.
- f) — Poder-se-á facilmente enviá-la algum tempo em um acantonamento de repouso onde fará uma instrucção intensiva.
- g) — Haverá uma emulação (estímulo) extrema entre as tropas de elite dos diversos regimentos da Divisão.

«E' a solução que nós temos experimentado com successo durante trez annos de guerra».

5.^o — Mecanismo do golpe de mão.

Conforme a distancia em que as nossas linhas estejam das do inimigo, a acção poderá comportar três phases:

- 1.^a) — Aproximação que deverá ser feita no maximo de velocidade e de aproveitamento do terreno, de modo a ser o menos visto possivel.

O dispositivo a adoptar será funcção das missões de cada homem e das distancias que o mesmo tem de percorrer para poder cumpri-la. Assim, o chefe da columna na testa com os elementos destinados a fazer as brechas na rede ou a collocar as escadas, seguidos do grupo de protecção, de limpeza, equipe do F. M. e do de destruição.

Se as linhas são afastadas ou o terreno não favorece, a tropa vai-se reunir, na base de assalto coberta em seus flancos e na retaguarda por elementos de protecção.

2.º) — Desde que a tropa penetra nas trincheiras inimigas, inicia-se a segunda phase, cujo mecanismo é regido pelos principios seguintes:

a) — É necessario cercar o inimigo com o conjunto da tropa e tambem cada columna cercar por sua vez no âmbito de seu sector designado. Para isso escolhe-se as direcções de ataque de cada columna e os pontos de entrada nas linhas inimigas, collocando-se nas testas das columnas os elementos de protecção que encaminharão o mais depressa possivel para os pontos designados, de modo a formar uma cinta protectora, isolando a zona a limpar do resto da posição, enquanto os grupos de limpeza cumpre a sua missão.

b) — Estabelecer boas ligações entre as columnas, em linha de trincheira inimiga ou em cada ponto importante do terreno.

c) — Repartir a região a atacar em zonas juxtapostas e não em profundidade, de modo que cada columna possa cumprir sua missão embora a outra seja detida.

3.º) — Uma vez terminadas as missões de limpeza, de destruição e as ligações estabelecidas, inicia-se a 3.ª phase, o recuo das tropas atacantes, a um sinal dado pelo Cmt. geral da acção e repetido por todos os Cmts. de columnas ou a uma hora determinada, finda qual cada columna retrai-se (esteja ou não cumprida a missão).

Esta phase é a mais delicada da acção, porque poderá ser executada sob a reacção do ini-

migo. Caso contrario, elle se fará normalmente pelo itinerario de ida sobre a protecção dos diso encarregados. Quando porem o inimigo reage, se fôr sómente pelo fogo o recuo se faz como no caso anterior, ficando os F. M. encarregados de sua neutralização e retrahindo-se desde que a situação permita: se fôr pelo contra-ataque recuam todos os elementos de limpeza e de segurança sob a protecção de uma cortina de fumaça e dos tiros dos F. M. (grupos de barragem e os de F. M.), os quaes por sua vez, a um sinal dado, recuam bruscamente após lançarem as granadas incendiarias, e cobertos por sua vez pelos órgãos de fogos estabelecidos na trincheira amiga.

6.º) — Equipamento e armamento: o equipamento deve ser o mais aligeirado possivel, assim como o fardamento deve ser despido de qualquer distinctivo, que possa fornecer informações ao inimigo, caso venha algum homem a ficar morto nas trincheiras inimigas. Em principio não se deve deixar nenhum homem morto ou ferido. Cada homem será armado de uma pistola muniada com dois carregadores, transportando o maximo de granadas offensivas possiveis (10), devendo as incendiarias, serem entregues aos mais activos e de confiança em virtude da sua delicadeza e perigo de condução. Cada columna poderá levar dois fuzis Mauser ou Mosquetões para o caso de ser preciso fazer algum tiro a distancia. A equipe do F. M. poderá ser constituída apenas de dois homens, o fuzileiro e o 1.º municionador transportando apenas duas caixas de carregadores, isto devido a pouca duração da operação e portanto não ser preciso um remuniamento prolongado.

O uso do uniforme

Apesar do grande esforço que, todo mundo o sabe, tem sido feito pelo detentor da pasta da Guerra, muitos dos nossos maus habitos continuam em franca prosperidade. Talvez seja simples questão de ordem de urgencia no tratar os assumptos.

Ha, porém, aspectos que, embora de nonada, teem má repercussão. Entre esses está o do uso dos uniformes.

Os atiradores e collegiaes, inclusive aquelles cujos uniformes visam igualar o da E. M., continuam a dar a toda a gente a impressão de que a nossa capital é uma grande caserna onde se passa a vida brincando de soldado.

Os officiaes continuam a fazer de kaki de brim o «footing» na Avenida,

quando não adulterando o uso dos uniformes, como se verificou após a sahida da ultima turma de aspirantes que passaram na cidade com o calção azul adoptado para montar pela Cavallaria.

Por fim os cadetes da E. M. adoptaram o sapato de verniz com o kaki de flanela, não raro ostentando os padrões vistosos das meias da moda quando se sentam nos bonds ou nos engraxates.

Occupamo-nos desse assumpto a pedido de muitos de nossos camaradas para quem o uso do uniforme ainda é um dos indices da disciplina. E, *data venia*, fazemo-lo com a intenção de leva-lo ao conhecimento do Snr. Gen. Ministro da Guerra que facilmente averiguará a exactidão dessas informações e poderá corrigir seus maus e desagradaveis effeitos.

Ephemérides do Mês

1.

- 1776 — Combate do Rio Grande: O Gen. Henrique de Bohm, Cmt. do nosso Ex. do Sul, ataca os fortes e baterias hispanhóis na margem opposta do Rio Grande, vencendo-os successivamente até que as 4 horas da tarde os hespanhóis abandonaram suas posições.
- 1818 — Sitio e ataque de S. Carlos, nas Missões de além-Uruguay, pelas tropas brasileiras do Gen. Chagas Santos contra as tropas do Tte. Cel. corrientino Serapio Rodrigues. (Guerra contra o dictador José Artigas, chefe da Confederação do Uruguay).

2.

- 1776 — Reconquista do Rio Grande definitivamente pelo Gen. Bohm, que servindo ao Brasil em 1767, fôra escolhido por Pombal para Cmt. do Ex. do Sul: era allemão e um dos officiaes mais distinctos do Conde de Lippe.
- 1818 — Combate de Cavallaria deante de S. Carlos, quando o caudillo Aranda trazia reforços para os sitiados corrientinos, levado a effeito pelo Tte. Cel. Joaquim Ferreira Braga.
- 1866 — Combate de artilharia entre a esquadra brasileira e os paraguayos em Itapirú (Passo da Patria).

3.

- 1818 — Tomada de S. Carlos pelas tropas do Gen. Chagas Santos tendo-se feito grande numero de prisioneiros e uma bandeira. (Artigas).
- 1832 — Sedição militar no Rio de Janeiro, com o fim de depôr a regencia, chefiada pelo Tel. Cel. Manoel Frias de Vasconcellos, suffocada pelo então major Luiz Alves de Lima (depois Duque de Caxias).
- 1866 — Continua o combate travado entre a esquadra brasileira e os paraguayos de Itapirú.

4.

- 1832 — Combate de Icó (guerra civil do Ceará) entre as tropas governistas do Major Francisco Xavier Torres e ás revoltadas do Tte. Cel. da policia Pinto Madeira, sendo estas derrotadas após 6 horas de combate.
- 1866 — Continuum os combates de Art. no Passo do Rosario.

5.

- 1865 — Começa a subir o rio Paraná a 1.^a Div. naval brasileira, destinada a bloqueiar o Paraguay.
- 1866 — Occupação durante a noite do banco de Ipirú (Ilha da Redempção) pelo Tte. Cel. Villagran Cabrita, a mando do Gen. Osorio.

7.

- 1818 — Combate de Guabijú (Banda Oriental do Uruguay) em que as tropas do Gen. João de Deus Menna Barreto derrotam as tropas de Artigas, sob o Cmdo. do Tte. Cel. Pablo Castro.

- 1827 — Começa o combate naval de Monte-Santiago entre as esquadras brasileiras e a argentina, esta sob o Cmdo. do almirante Brown.

- 1836 — Rendição de Pelotas aos dissidentes do Rio Grande do Sul, dirigidos por João Manoel de Lima e Silva.

8.

- 1827 — Combate naval de Santiago (continuação).
- 1870 — Rendição do Gen. paraguayo Caballero em Bella Vista, no Apa, ás tropas do major Francisco Xavier.

10.

- 1828 — Tomada da escuna argentina Union pelo brigue escuna Constança do commando de Senna Pereira.
- 1865 — Partem de S. Paulo as primeiras tropas da expedição de M. Grosso.
- 1866 — Combate do bando de Itapirú ou Ilha da Redempção. Na madrugada desse dia 1226 paraguayos sob o Cmdo. de Leonardo Riveros assaltaram a ilha, sendo destróçados com o apoio dos navios esquadra, perdendo para mais de homens. Nesse combate falleceu em tude de uma granada do forte de Itapirú o Cnte. brasileiro Villagran Cabrita.

11.

- 1865 — Combate de Serinhaen. (Guerra deza). Segundo ataque dos hollandezes contra o engenho de Palmas, que logou aos defensores retirarem-se, logo depois retomados em virtude do apoio trazido por Mathias de Albuquerque.
- 1826 — Combate naval deante de Montevidéo entre as fragatas brasileiras Nictheroy e a argentina 25 de Maio.

12.

- 1869 — Pequeno combate de Inhanduca, entre o 11.^o Btl. Inf. do Cmdo. do Tte. Cel. José de Menezes e uma força paraguaya, sendo estas derrotadas.

14.

- 1869 — Chega a Assumpção o marechal Conde d'Eu, para assumir o Cmdo. em Chefe exercito em operações contra o Paraguay.

15.

- 1828 — O Gen. Gustavo Brown, Ch. E. M. do Ex. Brasileiro no R. G. do Sul. Atravessa o Jaguarão e desaloja de Las Canãs o Cel. Andrés Latorre e o Gen. Julian Laguna.
- 1866 — Inicio da passagem do Paraná, deante do Passo da Patria pelo 1.^o Ex. Brasileiro sob o Cmdo. do Gen. Osorio.

16.

- 1866 — A esquadra brasileira apoia com seus fogos a passagem dos elementos do 1.^o Ex. Brasileiro para a margem esquerda do Paraná em Passo da Patria.
- 1869 — Assume em Luque o Cmdo. do Ex. Brasileiro em operações o marechal conde D'Eu.

17.

1866 — Combate de Laguna-Sirena entre 4.000 paraguayos e as Vgs. do Ex. Brasileiro que o Gen. Osorio fez atravessar o Paraná em Passo da Patria, deixando os paraguayos que estavam sob o Cmdo. do Cel. Benitez, para mais de 500 mortos.

19.

1648 — Primeira batalha dos Guararapes entre as tropas do Gen. Barreto de Menezes e as holandezas sob o Cmdo. do Gen. Sigismundt van Schoppe.

1866 — Retira-se o Gen. Lopes, com a maior parte do seu Ex., do campo entricheirado do Passo da Patria.

21.

1792 — Execução de Tiradentes, um dos conjurados de 1789, em Minas Geraes, em prol da independencia do Brasil.

1867 — O Cel. Camisão transpõe o rio Apa em Bella Vista, invadindo o territorio Paraguayo.

22.

1648 — Tomada de Olinda (Pernambuco) por Henrique Dias aos holandezes que a occupavam.

1866 — O Gen. Briguez deixado por Lopes nos campos do Passo da Patria, retira-se por sua vez.

23.

1866 — Occupação do acampamento do Passo do Rosario pelas forças do Ex. aliado.

27.

1865 — O Ex. Brasileiro sob o Cmdo. do Gen. Osorio, parte dos arredores de Montivideo para Paysandú.

30.

1838 — Derrota da divisão imperial sob o Cmdo. do Gen. Sebastião Barreto, infligida pelos republicanos sob o Cmdo. do Gen. Bento Manuel Ribeiro.

EXPEDIENTE

NOVOS PREÇOS DE ANNUNCIOS

CAPA EXTERNA

na inteira.....	anno	1:500\$000
	semestre	900\$000
	trimestre	540\$000
	numero	200\$000
1/2 pagina.....	anno	900\$000
	semestre	600\$000
	trimestre	330\$000
	numero	120\$000
1/4 pagina.....	anno	540\$000
	semestre	360\$000
	trimestre	210\$000
	numero	80\$000
1/8 pagina.....	anno	360\$000
	semestre	240\$000
	trimestre	150\$000
	numero	60\$000

PAGINA INTERNA

Pagina inteira.....	anno	720\$000
	semestre	420\$000
	trimestre	240\$000
	numero	100\$000
1/2 pagina.....	anno	420\$000
	semestre	240\$000
	trimestre	150\$000
	numero	70\$000
1/4 pagina.....	anno	240\$000
	semestre	150\$000
	trimestre	90\$000
	numero	40\$000
1/8 pagina.....	anno	150\$000
	semestre	90\$000
	trimestre	60\$000
	numero	25\$000

FOLHA COLORIDO NO TEXTO

impressão de um só lado:

preço da pagina interna mais 20 %

dos dois lados:

preço da pagina interna mais 5 % (por pagina)

CAPA INTERNA

preço da pagina interna mais 20 %

BIBLIOGRAPHIA

Recebemos e agradecemos:

Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia — N.º 52, 1926.

Boletim da Associação dos Empregados no Comercio do Rio de Janeiro — Janeiro, Fevereiro e Março.

Revista de Medicina e Hygiene Militar — Brasil — Dezembro.

Revue de Cavalerie — França — Janeiro e Fevereiro.

Memorial del Ejercito de Chile — Janeiro.

Revista del Collegio Militar — Popotla — Tacuba, Mexico — Janeiro.

Revista del Circulo Militar del Perú — Janeiro.

Revista Militar — Argentina — Janeiro.

O Brasil Armado — Rio de Janeiro — Janeiro.

Boletim do Club Naval — Rio de Janeiro — 4.º trimestre de 1926.

El Intendente — Mexico — Fevereiro.

Revista del Ejercito y de la Marina — Mexico — Dezembro de 1926.